



CEASAMINAS

Centrais de Abastecimento

RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA RAINT – 2017

AUDIN

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - RAINT

Em cumprimento à Instrução Normativa vigente, da Controladoria Geral da União, apresentamos o Sumário das Auditorias Realizadas, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017. Os relatórios, após apreciação da DIREX, são encaminhados a Controladoria Geral da União / Secretaria Federal de Controle Interno/MG.

1. Descrição das ações efetivadas da Auditoria Interna da CEASAMINAS

Nº relat .	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
01	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Dezembro/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jan/17	32
02	CONSAD/CONFIS	Análise da Execução do Orçamento EXTRAORDINÁRIO	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Jan/17	100
03	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Fev/17	120
04	PRESI	Parecer sobre Remuneração de Administradores	Considerando o parágrafo 1º e item 3 do Ofício Circular nº 61/2017 – MP da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, constam da análise de conformidade os valores aprovados e autorizados para o período de abril/2016 a março/2017. Conforme dispõe o item 4 do referido ofício, “orienta-se que não haja correção” para os respectivos cargos.	Fev/17	16
05	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Janeiro/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Fev/17	32
06	DIREX	Procedimentos adotados para cumprimento da RD/PRESI/042/2015. EXTRAORDINÁRIO	Observar o cumprimento do artigo 61 da CLT e seus parágrafos com relação às horas extras e comunicação ao órgão competente. Recomendamos ao DEREH, conforme item 3.2, a) da RD/42, efetuar conferência diária, por amostragem, dos relatórios gerados para elaboração da folha de pagamento.	Mar/17	40

07	DIREX	Inventário do Almoxarifado	Levantamento do inventário físico relativo aos bens de consumo, manutenção e limpeza sob a gestão do Almoxarifado.	Mar/17	40
08	PRESI	Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU	A CeasaMinas deve constituir um Comitê de Compras e elaborar um manual de compras sustentáveis. Avaliar as recomendações do TCU e reformular os procedimentos atualmente adotados.	Abr/17	40
09	PRESI	Atualização (PDTI) de acordo com as instruções normativas n°s SLTI 04/2010 e 01/2016, expedidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP.	Verificar a questão da metodologia de desenvolvimento de sistemas que necessita de mais investimentos e capacitação profissional para desenvolver meios mais eficazes na administração, destacando-se as normas do "COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO".	Abr/17	80
10	DIREX	Análise do Trabalho de Comissão de Inventário de Caixa em 31/12/2017	Recomendável que o ato instituidor da comissão determine ao prazo de entrega do relatório dentro de um período pré-determinado, de conformidade com as necessidades do destinatário.	Abr/17	40
11	DIREX	Auditoria em contratos de serviços contínuos, para fornecimento de mão-de-obra.	Observar as cláusulas contratuais em todos os seus aspectos e aditivos, nos parâmetros da legislação, para adequar a necessidade de mão de obra.	Abr/17	80
12	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Fevereiro/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Mai/17	32
13	DIREX	Auditar o Departamento de Engenharia - DEMFA	Verificar se está sendo elaborado anualmente o "Plano de Manutenção Preventiva". Verificar se existe a aquisição direta de material. Verificar os contratos de prestação de serviços.	Mai/17	80
14	LEI N° 6404/76	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificação do trabalho da Comissão incumbida da localização física dos bens; Obrigatoriedade de preenchimento dos formulários de movimentação de bens; Apuração de responsabilidade, dos bens não localizados.	Mai/17	40
15	DIREX	CI n°349/2017- Gabin DEJUR, relatório extraordinário referente a Concorrência 01/2016 (obras de acessibilidade e incêndio Uberlândia) EXTRAORDINÁRIO	Questionamentos feitos pela Chefe de Gabinete na CI 349/2017 deveriam ser esclarecidos antes da abertura de Processo Administrativo. Verificar se as questões analisadas sob o aspecto da Comissão do PAD foram tratadas dentro das normas.	Jun/17	40
16	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Mar/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Jun/16	32
17	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Jun/17	120
18	CONSAD/CONFIS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Jun/17	100

19	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Abril/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Jun/17	32
20	DIREX CONFIS	Venda de imóvel pertencente a CEASAMINAS, incluindo benfeitorias EXTRAODIN.	Informações quanto às providências adotadas pelos Setores auditados até Maio/2016	Julh/17	40
21	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Mai/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Julh/17	32
22	PRESI/ CONFIS	Encaminhamento de registro de recomendações da Auditoria Interna	Elaboração da Panilha de Registro das recomendações da Auditoria Interna, relativas aos relatórios emitidos em conformidade com o RAIN/2017	Julh/16	80
23	DIREX	Auditar Departamento Financeiro Seção Pagamentos - SEPAG.	Examinar as exigibilidades mais relevantes; Verificar as notas fiscais de hotéis; Verificar os recibos de taxi; Verificar os critérios para pagamento de contas vencidas; Verificar os prazos de vencimento da conta Fornecedores.	Julh/17	80
24	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Mai/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Julh/17	80
25	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. EXTRORDINÁRIO	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Ago/17	120
26	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. EXTRAORDINARIO	Ratificação do Relatório anterior em consequência de questionamentos da Diretoria Financeira, com referência ao Relatório 25/2017	Ago/17	80
27	LEI Nº 6.404/76	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente. O DEJUR deve emitir Parecer Jurídico e não podendo apenas opinar pela regularidade dos atos praticados no processo de licitação através de uma simples CI- Correspondência Interna.	Set/17	80
28	CONSAD/ CONFIS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Set/17	100
29	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Questionamentos com relação à cláusula quinta do contrato de Concessão de Uso que versa sobre a indenização ao concessionário, em caso de privatização da Ceasaminas.	Set/17	40
30	DEFIN/ SETES	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES.	Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias; Identificar movimentação das contas de aplicação; Verificar a movimentação das contas de transferências; Verificar a movimentação das contas de valores em trânsito;	Set/17	80

31	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Out/17	40
32	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Agosto/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Out/17	32
33	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Julho/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Out/17	32
33	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Setembro/17	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Nov/17	32
35	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Nov/17	40
36	PRESI CONSAD	Elaboração da minuta do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017	Confecção das planilhas referentes ao PAINT/2017 de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2007, para remessa ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.	Nov/17	40
37	PRESI/ CGU	Elaboração do Sumário das auditorias realizadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017	Conforme determina a instrução normativa nº 02, de 24/12/2002, da corregedoria geral da união, apresentamos em anexo o sumário trimestral das auditorias realizadas, referente as auditorias realizadas no 1º, 2º e 3º trimestre de 2017.	Dez/17	40
38	DEPAD/ SECOMP	Auditoria realizada na Seção de Compras, focalizando os aspectos de sua atuação referentes a compras efetuadas.	Verificação dos processos de compras com relação ao cumprimento das normas e controles internos e em consonância com a legislação vigente.	Dez/17	40
39	DIREX/ CONSAD	Em atendimento a Solicitação de Auditoria 201701910/17, da CGU, objetivando listar todos os processos e tomadas de decisões deliberados pelo Conselho de Administração. EXTRAORDINÁRIO	As constatações foram feitas através do planilhamento das deliberações das Atas de Conselho Administrativo no ano 2017, com os respectivos processos e valores, conforme tabela anexa ao relatório.	Dez/17	40

RELATÓRIOS EXTRAORDINÁRIOS

Nº relat	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronog	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
02	CONSAD/ CONFIS	Análise da Execução do Orçamento Extraordinário	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Jan/17	100
06	DIREX	Procedimentos adotados para cumprimento da RD/PRESI/042/2015. EXTRAORDINÁRIO	Observar o cumprimento do artigo 61 da CLT e seus parágrafos com relação às horas extras e comunicação ao órgão competente. Recomendamos ao DEREH, conforme item 3.2, a) da RD/42, efetuar conferência diária, por amostragem, dos relatórios gerados para elaboração da folha de pagamento.	Mar/17	40
15	DIREX	CI nº349/2017- Gabin DEJUR, relatório extraordinário referente a Concorrência 01/2016 (obras de acessibilidade e incêndio Uberlândia) EXTRAORDINÁRIO	Questionamentos feitos pela Chefe de Gabinete na CI 349/2017 deveriam ser esclarecidos antes da abertura de Processo Administrativo. Verificar se as questões analisadas sob o aspecto da Comissão do PAD foram tratadas dentro das normas.	Jun/17	40
20	DIREX CONFIS	Venda de imóvel pertencente a CEASAMINAS, incluindo benfeitorias EXTRAODIN.	Informações quanto às providências adotadas pelos Setores auditados até Maio/2016	Julh/17	40
25	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. EXTRORDINÁRIO	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Ago/17	120
26	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. EXTRAORDINARIO	Ratificação do Relatório anterior em consequência de questionamentos da Diretoria Financeira, com referência ao Relatório 25/2017	Ago/17	80
39	DIREX/ CONSAD	Em atendimento a Solicitação de Auditoria 201701910/17, da CGU, objetivando listar todos os processos e tomadas de decisões deliberados pelo Conselho de Administração. EXTRAORDINÁRIO	As constatações foram feitas através do planilhamento das deliberações das Atas de Conselho Administrativo no ano 2017, com os respectivos processos e valores, conforme tabela anexa ao relatório.	Dez/17	40

1.1. Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre Auditoria Interna:

O PAINT/2017 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) previa 58 (cinquenta e oito) relatórios. Concluímos 39 (trinta e nove) relatórios de janeiro a dezembro/2017. Ressaltamos que dentre esses foram realizados 07 (sete) relatórios extraordinários.

Esclarecemos que não atingimos a meta prevista conforme motivos abaixo:

- Licença sem vencimento do Auditor Marcus Vinicius Diniz Gomes Carneiro desde de 01/11/17;

- Em função de desenvolvimento de planilhas solicitadas pela Auditoria da CGU/MG.

Esclarecemos também que estas planilhas seria atribuição dos secretários das Reuniões do Conselho de Administração da CeasaMinas, devido à facilidade e responsabilidade em deter as informações. Portanto a Auditoria desenvolveu as planilhas de tomadas de decisões e os seus respectivos custos para dar celeridade ao processo.

Nota:

Data da entrega da primeira SA da CGU/MG: 29/09/2017

Data da entrega da última SA. , da CGU/MG: 22/12/2017

Comissões Especiais:

RD/PRESI/51/2017	<u>Altera RD/PRESI/050/17 - Comissão para estabelecimento de preço mínimo para licitação</u>	20/12/2017
RD/PRESI/50/2017	<u>Altera RD/PRESI/029/17 - Comissão para estabelecimento de preço mínimo para licitação</u>	18/12/2017
RD/PRESI/49/2017	<u>Altera a RD/PRESI/046/17 que cria comissão para levantamento do inventário do almoxarifado da empresa</u>	12/12/2017
RD/PRESI/52/2017	<u>Altera RD/36/17 - Altera o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão eleitoral para coordenar o processo eletivo de novos membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo</u>	28/12/2017
RD/PRESI/46/2017	<u>Cria comissão para levantamento do inventário do almoxarifado da empresa</u>	27/11/2017
RD/PRESI/45/2017	<u>Cria comissões para levantamento do inventário do patrimônio da CeasaMinas exercício 2017</u>	27/11/2017
RD/PRESI/44/2017	<u>Cria comissão para realizar inventário de caixa</u>	24/11/2017

RD/PRESI/38/2017	<u>Altera a RD/PRESI/35/2017 que cria comissão especial para apuração de falta grave dos membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da CeasaMinas</u>	30/10/2017
RD/PRESI/36/2017	<u>Altera RD 033/2017 - Institui Comissão Eleitoral para coordenar o processo eletivo de novos membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo</u>	09/10/2017
RD/PRESI/35/2017	<u>Cria Comissão Especial para apuração de falta grave dos membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da CeasaMinas</u>	09/10/2017
RD/PRESI/34/2017	<u>Alterar membro da RD 030/2014 - Comissão Técnica Permanente p/ acompanhamento do processo de adequação de embalagens</u>	09/10/2017
RD/PRESI/33/2017	<u>Altera RD/30/17 - Institui Comissão Eleitoral para coordenar o processo eletivo de novos membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo</u>	25/09/2017
RD/PRESI/30/2017	<u>Institui Comissão Eleitoral para coordenar o processo eletivo de novos membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, suspende temporariamente os trabalhos da comissão e...</u>	05/09/2017
RD/PRESI/29/2017	<u>Altera a RD/PRESI/037/2016 - Comissão para Estabelecimento de Preço Mínimo para Licitação</u>	28/08/2017
RD/PRESI/28/2017	<u>Altera e substitui a RR/PRESI/008/2016, que trata da composição da comissão responsável pela regularização e acompanhamento dos Contratos de Concessão de Uso.</u>	19/08/2017
RD/PRESI/23/2017	<u>Altera membros da RD/PRESI/011/2017 - Comissão Permanente de Pregoeiro e Equipe de Apoio</u>	23/06/2017
RD/PRESI/22/2017	<u>Altera membro da RD 006/2017 - Comissão Permanente de Licitações</u>	23/06/201
RD/PRESI/17/2017	<u>Altera Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da CeasaMinas</u>	24/03/2017
RD/PRESI/16/2017	<u>Altera Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da CeasaMinas</u>	16/03/2017
RD/PRESI/15/2017	<u>Altera RD/PRESI/008/2017 - Alteração de membro no Comitê de Elegibilidade</u>	20/03/2017

RD/PRESI/13/2017	<u>Modifica RD/PRESI/005/2016 que cria a Comissão Permanente de Regulamento de Mercado</u>	20/02/2017
RD/PRESI/12/2017	<u>Altera RD/PRESI/010/2017 - Comissão para levantamento do inventário do almoxarifado da empresa</u>	17/02/2017
RD/PRESI/11/2017	<u>Altera membros da RD/PRESI/026/2016 - Comissão Permanente de Pregoeiro e Equipe de Apoio</u>	10/02/2017
RD/PRESI/10/2017	<u>Cria comissão para levantamento do inventário do almoxarifado da empresa</u>	07/02/2017
RD/PRESI/8/2017	<u>Inclusão de membro no Comitê de Elegibilidade</u>	10/02/2017
RD/PRESI/7/2017	<u>Criação de Comitê de Elegibilidade</u>	31/01/2017
RD/PRESI/6/2017	<u>Altera membro da RD 038/2016 - Comissão Permanente de Licitações</u>	25/01/2017
RD/PRESI/1/2017	<u>Altera Comissão Permanente de Sindicância e Processo da CeasaMinas</u>	05/01/2017

2 - REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAIS E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ENTIDADE:

2.1 - RECOMENDAÇÕES DA CGU -MG

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Flexibilização das regras de transferência CGU-MG	Aguardar manifestação do TCU, uma vez que a Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas já se posicionou parcialmente a favor da CeasaMinas Aguardando a votação de dois Ministros.	PRESI -	01/07/2016	Aguarda Relatório final do TCU

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão CGU-MG	Processo Judicial já em trâmite 0079.00.019.718-0	DEJUR	01/07/2016	Processo em trâmite Judicial

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão CGU-MG	Regularizar os contratos dos seguintes concessionários: Unidade de Contagem: Mercantil Scala Ltda. (Pavilhão F-1); Telemar Leste Oeste S.A (Pavilhão área Especial); - Unidade de Uberlândia: Comercial Pires Carvalho Ltda. e Paraíso das Bananas Ltda.; - Unidade de Caratinga: Jayder Pereira de Miranda (Pavilhão GP-I).	DEJUR	01/07/2016	Regularizado parcialmente. Falta empresa TELEMAR. Processo na justiça comum

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União CGU-MG	Anulação do Contrato de Concessão de Uso	DEJUR	30/11/2014	28/02/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União CGU-MG	Encaminhar os fatos à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União CGU-MG	Inclusão de itens nos editais dos processos licitatórios informando que não serão admitidas na licitação empresas suspensas e impedidas de licitar e contratar	CPL	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Falta de normatização para precificação das áreas CGU-MG	Publicação de RD que normatize e divulgue a metodologia para precificação dos valores por m ²	PRESI	30/11/2014	Regularizado RD nº50/2017

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.1 – Apresentação de documentação incompleta CGU-MG	Entendemos que não houve apresentação de documentação incompleta	PRESI -	30/11/14	Aguarda Relatório final do TCU
2.1.1.1 – Apresentação de documentação incompleta CGU-MG	Elaboração de cartilha a fim de instituir controles internos administrativos visando contribuir para a completude e	PRESI	30/11/2014	Licitação TP 08/2017 que irá regularizar a matéria. 30/06/2018

	integridade dos registros de documentos essenciais aos processos licitatórios e contratos da Entidade, de modo a permitir a rastreabilidade dos documentos públicos.			
--	--	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.2 – Restrições à competitividade na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010 e 24/2012 e Pregões 11/2008 e 12/2010 CGU-MG	Entendemos que não houve restrições à competitividade	PRESI -	-	Aguardar decisão TCU

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.3 – Impropriedades na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010 CGU-MG	Elaboração de cartilha a fim de instituir controles internos efetivos, de modo a somente apresentar o orçamento contendo valores devidamente detalhados, sem indicação de unidades genéricas ou mediante uso de "verba".	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.5 – Descumprimento de cláusula de garantia na execução dos contratos 18/2011, 23/2011 e 24/2011 CGU-MG	Elaboração de cartilha a fim de instruir formalmente a área responsável e os fiscais de contrato para efetuar a cobrança da garantia no momento da assinatura do contrato.	PRESI	30/11/2014	Licitação Tomada de Pregão 08/2017 conclusão em 30/06/2018

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Contratação de cursos de atualização e capacitação para os servidores da área de licitações e contratos.	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Orientar as áreas a adequar os percentuais de encargos conforme a IN 02/2008	PRESI	30/11/2014	Concluído
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	A CGU solicita que seja demonstrado que os preços estão em conformidade com o praticado no mercado ou que se	PRESI -	30/11/2014	Aguardando decisão do TCU

	providencie a restituição ao Erário. Entendemos que não houve sobrepreço e que a demonstração de adequação aos preços de mercado já foi realizada.			
--	--	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Entendemos que não houve superfaturamento, razão pela qual não haverá apuração de responsabilidades nem ressarcimento ao Erário	- PRESI	30/11/2014	Aguardando decisão do TCU
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Contratação de cursos para capacitar os fiscais de contrato	PRESI	30/11/2014	01/07/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Contratação de cursos para capacitar os servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Elaboração de cartilha que institua controles internos para o acompanhamento eficaz dos prazos contratuais da CEASAMINAS visando à prorrogação contratual apenas quando comprovada sua vantajosidade frente às pesquisas de preços de mercado.	PRESI	30/11/2014	Licitação Tomada de Pregão 08/2017 conclusão em 30/06/2018

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.9 – Pagamento de despesas com a prestação de serviços de locação de máquina de lavar piso sem cobertura contratual	Encaminhar à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades pela assunção de despesas com a prestação de serviços sem cobertura contratual	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.10 – Reajuste pelo IPCA concedido com vedação expressa ao	Orientar a CPL para que faça constar, em editais e contratos, a previsão de reajustamento nas	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Contrato 60/2008	hipóteses permitidas e nas formas dispostas nos arts. 40, inciso XI e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.			
------------------	---	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a divulgar em Editais, no mínimo, o preço total estimado para a contratação de serviços como parâmetro para aceitabilidade das propostas.	PRESI	30/11/2014	Licitação Tomada de Pregão 08/2017 conclusão em 30/06/2018
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Elaboração de cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de serviços.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar os fiscais de contrato a abster-se de prever o item Reserva Técnica nas Planilhas de Custos dos Termos de Referência, detalhando todos os itens da planilha de preços.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.12 – Impropropriedades no planejamento das licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	Elaboração de cartilha que estabeleça rotinas que visam à definição de critérios objetivos e padronizados para o planejamento das licitações, principalmente no tocante à elaboração de estudos de	PRESI	30/11/2014	Licitação Tomada de Pregão 08/2018 conclusão em 30/06/2018

	necessidades e orçamento-base detalhado. Além disso, definir controles internos adequados e suficientes para revisão dos processos administrativos da área de contratações.			
2.1.1.12 – Impropriedades no planejamento das licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	Contratação de cursos de atualização e capacitação para os servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos	PRESI	30/11/2014	01/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação – CPL e os fiscais de contrato a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Elaborar cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de serviços.	PRESI	30/11/2014	Licitação Tomada de Pregão 08/2017 conclusão em 30/06/2018
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	A CGU recomenda que seja comprovada a ausência de sobrepreço ou que se providencie a restituição ao Erário. Entendemos estar provada a ausência de sobrepreço, razão pela qual não serão tomadas providências	- PRESI	27/10/2016	Aguardando decisão TCU

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
Item 2.2.1.1 – Contratos nºs 36/2002 e 104/2010 - Cefetminas	Falhas em contratações diretas e subcontratação ilegal, para consecução do objeto	PRESI	27/10/2016	30/11/2017

subcontrata Esco Energy Saving Ltda				
Item 2.2.1.2 – Contratos nºs 36/2002 e 104/2010 - Cefetminas subcontrata Esco Energy Saving Ltda	Indefinição do preço e do objeto, Pagamento inadequado de remuneração variável	PRESI	27/10/2016	30/11/2017
Item 3.1.1.1 – Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Irregularidade na concessão de uso de imóvel incluído no Plano Nacional de desestatização – PND	PRESI	27/10/2016	Contrato rescindido unilateralmente pela CeasaMinas em 03/08/2017
Item 3.1.1.2 – Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Área da concessão de uso pertence ao Estado de Minas Gerais e ainda não foi transmitida à União	PRESI	27/10/2016	Contrato rescindido unilateralmente pela CeasaMinas em 03/08/2017
Item 3.1.1.4 - Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Definição imprecisa do objeto e das obrigações acessórias no edital	PRESI	27/10/2016	Contrato rescindido unilateralmente pela CeasaMinas em 03/08/2017
Item 3.1.1.6 - Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Prazo superestimado para concessão de uso	PRESI	27/10/2016	Contrato rescindido unilateralmente pela CeasaMinas em 03/08/2017

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
Item 1.1.1.3 – Ausência de Registro no Sistema CGU-PAD	Informações sobre procedimentos adm. disciplinares	PRESI	27/10/2016	Concluído RD nº 01/2016
Item 2.1.1.1 – Pregão Eletrônico nº 14/2015	Ausência de detalhamento dos itens da contratação no edital	PRESI	27/10/2016	Aguarda relatório do TCU
Item 2.1.1.2 – Pregão Eletrônico nº 19/2014	Formalização incompleta para troca de platibandas	PRESI	27/10/2016	Não realizado
Itens 1.1.1.3, 2.1.1.1. e 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 201601931	Regular com ressalva a Identificação, constatação e encaminhamento das contas do rol de responsáveis: Diretor Presidente (período de 19/06 a 31/12/2015)	PRESI	27/10/2016	30/11/2016

2.2 – RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS

Exercício 2017

Relatório nº e data	Área	Documento/ Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
1 06/02/17	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Dezembro/16	Posição do Saldo de Bancos em Dezembro/2016	xxx	Relatório informativo
2 15/02/17	DEPLA	Execução orçamentária da empresa, período de janeiro a dezembro do exercício de 2016.	Entendemos que existe a necessidade de melhor controle e acompanhamento da execução orçamentária e manter o orçamento dentro dos limites previstos. Recomendamos não realizar despesas sem verba prevista no orçamento da empresa, ou seja, deverão ser realizadas previamente as adequações necessárias.	A proposta orçamentária anual é elaborada com antecedência, isto é, elaborada em maio/junho para vigorar a partir de janeiro do ano seguinte e é elaborada segundo as necessidades de funcionamento da empresa. Durante sua execução todas as despesas e investimentos são monitorados, diariamente, pelo DEPLA que somente são liberadas quando incluídas na proposta orçamentária. Quanto à recomendação de vossa senhoria de não realização de despesas acima da verba prevista no orçamento, é salutar e é uma meta perseguida pelo DEPLA e Diretoria da CeasaMinas.	Regularizado

3 03/03/17	CPL	Processos Licitatórios de janeiro e fevereiro/17.	Recomendamos que quando houver alteração do valor previsto para a licitação, sejam feitas as devidas justificativas.	Recomendação acatada	Regularizado
			Recomendamos maior atenção quanto a numeração das páginas dos processos, colocando no verso das páginas o carimbo “em branco.”	Recomendação acatada	Regularizado
			Recomendamos maior cuidado na elaboração do Termo de Referência.	Recomendação acatada	Regularizado
			Recomendamos inserir dentro do processo e numerar todos os documentos originais que forem encaminhados pelos licitantes.	Recomendação acatada	Regularizado
			Recomendamos colocar no processo os documentos em ordem cronológica.	Recomendação acatada	Regularizado
4 09/03/17	Extra-ordinário	Remuneração de Diretores.	A Auditoria Interna considera que as decisões do SEST devem fundamentar-se no acórdão TCU nº 2600/2016 e nas determinações emanadas do Regimento Interno do Tribunal, e nas demais legislações pertinentes.	xxx	Aprovado.
5 13/03/17	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Janeiro/2017	Posição do Saldo de Bancos em Janeiro/2017	xxx	Relatório informativo
Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
6 14/03/17	DEREH	RD/PRESI/042/2015.	Observar o cumprimento do artigo 61 da CLT e seus parágrafos com relação às horas extras e comunicação ao órgão competente.	O apontamento das horas extras refere-se ao atendimento de demanda da Diretoria e outras extraordinárias do Entrepósito, no entanto orientamos aos solicitantes a atentar para o que preceitua as normas trabalhistas	Regularizado

			Recomendamos ao DEREH , conforme item 3.2, a) da RD/42, efetuar conferência diária, por amostragem, dos relatórios gerados para elaboração da folha de pagamento.	Referente à RD/PRESI/2015 item 3.2 informamos que continuaremos com os trabalhos de conferência.	Regularizado
7 23/03/17	DEPAD/ SEMPT	Inventário Físico de Almoxarifado	Devemos observar o Decreto nº99658/90, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.	Já fizemos um levantamento de todo o material que poderá ser leilado.	Organização de lotes para leilão
			Desta forma, deverá ser observado se a entidade que for receber a doação se encaixa em uma destas condições expostas pelo decreto acima antes de realizar as doações, conforme a sugestão da Comissão de Inventário do Almoxarifado.	Iremos acatar a sugestão da Comissão, observando as recomendações feitas pela Auditoria.	Organização de lotes para leilão
			No caso dos formulários contínuos e todo material timbrado que eram utilizados na empresa, e atualmente estão ociosos, devem ser passar por incineração/picotagem e posterior descarte, evitando assim seu uso de forma indevida.	Aqueles materiais gráficos com timbre da empresa deverão ser imediatamente incinerados/picotados e posteriormente descartados.	Organização de lotes para leilão
8 03/04/17	CPL	Processos Licitatórios de março/2017.	Recomendamos a Comissão de Preço Mínimo de Licitação, anexar a metodologia, o critério, o parâmetro, utilizado para determinar o valor da loja a ser licitada.	Aguarda Relatório final do TCU	
			Recomendamos observar o que estabelece os Acórdãos 2.050/2014 e 919/2016 do TCU – Tribunal de Contas da União.	Aguarda Relatório final do TCU	
			Recomendamos licitar com pessoa jurídica, abstendo-se de permitir a participação de pessoa física e empresa a constituir.	Aguarda Relatório final do TCU	
			Recomendamos que a modalidade de licitação utilizada seja o Pregão eletrônico.	Em adequação utilizando atualmente o pregoão presencial	

			Recomendamos respeitar o entendimento do TCU com relação aos arts. 78, inciso VI, e 79, inciso I, da Lei 8.666/1993, que se posiciona pela absoluta impossibilidade de cessão ou transferência do contrato administrativo.	Aguarda Relatório final do TCU	
			Recomendamos retirar da Licitação e do Contrato a cláusulas que estão em desacordo com o entendimento do TCU – Tribunal de Contas da União.	Aguarda Relatório final do TCU	
			Recomendamos que a mesma equipe que ajudou a elaborar o modelo de CCU utilizado atualmente pela CEASAMINAS se reúna, objetivando elaborar um único documento, confrontando a documentação da época com legislação atual, para que possa justificar a participação de pessoa física nas licitações de concessão	Aguardando apresentação de Relatório	
			Recomendamos ao Departamento Jurídico avaliar a seguinte orientação do Tribunal de Contas da União, para verificar sua possível aplicação aos pareceres emitidos nos processos de licitação.	Recomendação acatada	Regularizado
			Ao se contratar serviços para terceirizar serviço que já é feito pela própria empresa, fazer uma análise, um estudo a sua viabilidade.	Em implementação	
			Recomendamos que a CPL, DEJUR e o GABIN, refaça um novo estudo sobre os Acórdãos 2.050/14 e 919/2016 do TCU e formate uma pasta para futuras fiscalizações externas.	Foi respondido pela CPL/DEJUR que coaduna com a Audin	
9 06/04/17	DETIN	Gestão dos sistemas de controle tecnológicos.	O DetecWeb passa por estudo de evolução e deve ser implementado por tratar-se de um instrumento de grande utilidade;	Detecweb: está previsto para o ano de 2018 o início do processo de evolução do software.	Será realizado em 31/08/18

			A implantação do Caixa MLP nas Unidades do Interior é uma decisão importante para a agilização e segurança na arrecadação das receitas;	Caixa MLP: O contrato foi renovado e será feito novo planejamento para instalação dos caixas nas unidades do interior. Provisão de início do planejamento: agosto de 2017.	Regularizaçã o em 31/08/18
			O sistema TOTVS é considerado eficiente, mas deve ser incrementado para realizar a integração total das unidades setoriais;	Totvs: já a partir de julho de 2017, será padronizada a migração para as novas versões, a fim de manter a plena operacionalização. Infelizmente a interligação entre as unidades do interior não é plenamente possível, pois existe inviabilidade técnica de serviços de internet para algumas unidades. Porém, para processos simples, já foram implementados rotinas através do portal da Totvs, sendo acessado através da nossa internet. Demais solicitações devem ser direcionadas ao setor responsável pelo treinamento das requisições originadas pelas unidades do interior (Seuni).	Previsão de Resposta. 15/12/2017
			Por fim, a questão da metodologia de desenvolvimento de sistemas necessita de mais investimentos e capacitação profissional para desenvolver meios mais eficazes na administração, destacando-se as normas do “COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO”. Entretanto, trata-se de uma decisão dos	Serão encaminhados através do CGTI as necessidades e ajustes necessários para o bom funcionamento; já os treinamentos estão sendo estudados pelo Dereh para melhor capacitação do corpo funcional.	Previsão de Resposta. 15/12/2017

			gestores a quem confere a responsabilidade da administração e a forma de conduzi-la.		
			Considerando que o PDTI desta empresa, encontra-se desatualizado diante das determinações contidas no ato citado, sugerimos que o Gestor do Departamento deve cientificar o Diretor Financeiro-Administrativo, quanto às necessidades e possibilidades de constituir um planejamento para os próximos períodos, em face da obrigatoriedade por parte das instruções normativas nºs SLTI 04/2010 e 01/2016, expedidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento	As novas atribuições apresentadas fazem referência ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) que se encontra desatualizado e o documento apresentado mostra uma interação entre o PEI (Plano Estratégico Institucional) com o PDTI, porém é necessário um documento de ligação que não foi mencionado que é o PETI (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação), sendo que para isto é necessário definir o documento principal que é o PEI (Plano Estratégico Institucional), neste caso, o documento deve partir das esferas mais altas (Diretorias e Planejamento) e somente depois alinhar os processos com os devidos alinhamentos relacionados a tecnologia da informação. Assim que o PETI for definido é possível criar o PDTI, definindo as questões de desenvolvimento	Previsão de Resposta. 15/12/2017

				de curto prazo, visando alcançar todos os pontos planejados para o período estipulado.	
			Com relação ao quadro, RELAÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS EM VIGOR NO DETIN , sugerimos especial atenção para os vencimentos dos contratos, alguns bem próximos e por se tratarem de serviços essenciais	Em relação ao quadro de contratos, todas as medidas possíveis e de competência deste departamento estão sendo tomadas para assegurar a plena regularidade dos contratos, infelizmente, boa parte do tempo é perdido nos setores de encaminhamento e que não esta no controle deste departamento.	Previsão de Resposta. 15/12/2017
Relatório n° e data	Área	Documento/ Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
9 06/04/17	DETIN	Gestão dos sistemas de controle tecnológicos.	Quanto aos assuntos relacionados no item 6.1, referentes aos Relatórios das Reuniões dos membros da comissão instituída pela RD/PRESI 024/2016, por se tratarem de atos de gestão, devem ser analisadas pela Diretoria a quem cabe a decisão final sobre as questões examinadas.	Informamos ainda que todas as atas reuniões são encaminhadas a diretoria, passaremos a adotar o critério de encaminhamento além do meio eletrônico, em cópia impressa para que se avalie melhor as tratativas discutidas nas reuniões.	Previsão de Resposta. 15/12/2017
10 17/04/17	DEFIN / SEUNI	Inventário de Caixa	É recomendável que o ato instituidor da comissão determine ao prazo de entrega do relatório, e consequentemente, deve ser apresentado imediatamente ao setor competente, dentro de um período pré-determinado, de conformidade com as necessidades do destinatário.	Recomendação acatada	Regularizado
			Constatamos que o Termo de Verificação de Barbacena está sem assinatura do responsável.	Foi informado ao Gestor do SEUNI que regularizou a situação.	Regularizado

			A Comissão de Inventário de Caixa instituída pelas normas citadas no primeiro parágrafo, realizou a apuração dos valores mediante a verificação "In loco" nos locais da sede da Administração, e por meios de comunicação com as unidades do interior, corroborado pelos documentos fornecidos pelos setores internos responsáveis pela sua emissão, extraídos do sistema contábil da empresa. O nosso trabalho foi averiguar a consistência das informações recebidas e os documentos apresentados.	Recomendação acatada	Regularizado
11 27/04/2017	DEREH	Contrato Conserve Serviços Gerais Ltda	Observar as cláusulas contratuais em todos os seus aspectos, principalmente sobre o quantitativo de mão de obra.	O apontamento referente à medição do posto de trabalho no período foi regularizado no faturamento do mês de dezembro/2016.	Regularizado
			Realizar aditivos, nos parâmetros da legislação, para adequar a necessidade de mão de obra.	Referente à qualidade dos serviços informamos que os pleitos estão em constante vigilância na busca da excelência, todavia os usuários deverão colaborar com a manutenção e qualidade do ambiente. Todas as eventuais reclamações foram atendidas.	Regularizado
			Observar a legislação trabalhista.	O apontamento das horas extras refere-se ao atendimento de demanda da Diretoria e outras extraordinárias do Entrepasto, no entanto orientamos aos solicitantes a atentar para o que preceitua as normas trabalhistas.	Pendente de regularização

12 02/5/2017	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Fevereiro/2017	Posição do Saldo de Bancos em Fevereiro/2017	xxx	Relatório informativo
13 12/5/2017	DENFA/ SEMAN	Serviços de Obra e Manutenção	A reforma das platibandas e linha de vida devem ser tratadas de forma a prevenir o impacto negativo capaz de provocar acidentes de grandes proporções. Sugerimos uma averiguação periódica nos pavilhões de maior risco.	Recomendação acatada	Aguarda disponibilização de financeira
			A linha de Vida é também, um fato a ser discutido, em face da inexistência de manutenção dos telhados dos pavilhões.	Recomendação acatada	regularização em 28/12/17
			As obras em andamento devem ser concluídas dentro de um cronograma que não extrapolem aquele estipulado no projeto básico, por tratar-se de receitas para a empresa que poderão ficar ociosas durante longo tempo.	Recomendação acatada	Regularizado
14 26/05/2017	DEPAD / SEMPT	Inventário Ativo Imobilizado 2016	Recomendamos à Seção de Patrimônio Almoxarifado que envide esforços no sentido de providenciar a plaqueta (ou etiqueta) com número de registro patrimonial e afixá-la no bem antes do seu envio a unidade requisitante, e, no tocante aos bens localizados sem o devido número de registro), que providencie o imediato emplacamento ou colocação da etiqueta apropriada	Foi sugerido que a Seção de Patrimônio e Almoxarifado envide esforços no sentido de providenciar a plaqueta (etiqueta) com numero de registro patrimonial a afixá-la no bem antes do seu envio a unidade requisitante e nos bens que se encontram sem o devido numero de registro que providencie o imediato emplacamento ou colocação de etiqueta apropriada; Isto será providenciado. Ficaremos mais atentos a este detalhe. Faremos um rastreamento nestes bens que não estão	Em processo de regularização

				identificados para então identificá-los.	
14 26/5/2017	DEPAD / SEMPT	Inventário Ativo Imobilizado 2016	Recomendamos a Seção de Patrimônio e Almoxarifado, a fim de que haja perfeita caracterização de todos os bens de caráter permanente e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, proceder à atualização periódica do Cadastro Patrimonial, providenciando inclusive, de forma tempestiva, a transferência de responsabilidade sobre os bens em caso de mudança do titular do setor ou instituto, bem como a devida baixa, quando formalmente solicitada, dos itens patrimoniais considerados antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos;	Foi sugerido que a Seção de Patrimônio e Almoxarifado, a fim de que haja perfeita caracterização de todos os bens de caráter permanente e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, proceder à atualização periódica do Cadastro Patrimonial, providenciando inclusive, de forma tempestiva, a transferência de responsabilidade sobre os bens em caso de mudança do titular do setor ou instituto, bem como a devida baixa, quando formalmente solicitada, dos itens patrimoniais considerados antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos. A fiscalização patrimonial e o relatório de responsabilidade do patrimônio já é feito periodicamente. Os termos de responsabilidade são assinados pelos titulares do setor. Podemos fazer este levantamento com mais frequência. Quando nos é solicitado formalmente a baixa é sempre dada.	Regularizado

Relatório n° e data	Área	Documento/ Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
14 26/05/2017	DEPAD / SEMPT	Inventário Ativo Imobilizado 2016	Considerando que não foram feitos pela Comissão o levantamento e identificação precisamente dos itens a serem sucateados, recomendamos que tal procedimento seja realizado pela Seção de Patrimônio e Almoxarifado a fim de regularizar a situação;	Todo o material ou bem que não é mais servível, irrecuperável ou obsoleto será posto em leilão.	Em processo de regularização
			Por fim, recomendamos a Seção de Patrimônio que concentre esforços para corrigir as falhas acima apontadas e que cumpra integralmente o disposto na legislação vigente.	Iremos nos esforçar para concentrar nossos esforços a fim de melhorar as falhas apontadas.	Em processo de regularização
15 13/06/2017	CPL/ DEJUR	Extraordinário	Em face das constatações apresentadas, sugerimos que sejam analisadas as questões de forma a sempre abrir sindicância para analisar todos os aspectos do caso e levantamento de provas antes da abertura do Processo Administrativo.	A proposta orçamentária anual é elaborada com antecedência, isto é, elaborada em maio/junho para vigorar a partir de janeiro do ano seguinte e é elaborada segundo as necessidades de funcionamento da empresa. Durante sua execução todas as despesas e investimentos são monitorados, diariamente, pelo DEPLA que somente são liberadas quando incluídas na proposta orçamentária. Quanto à recomendação de vossa senhoria de não realização de despesas acima da verba prevista no orçamento, é salutar e é uma meta perseguida pelo Departamento de Planejamento e Diretoria da CeasaMinas.	Prazo de regularização 31/10/2017

			O recurso apresentado pela <i>Empresa Referencial Montagens Industriais Ltda-EPP</i> deveria ser respondido.		Pendente
			A Comissão de PAD deve verificar se ainda há a possibilidade de abertura de Sindicância em face a prescrição.	O DEJUR informa que já houve prescrição	Regularizado
			Entendemos que o instrumento correto seria a abertura de uma Sindicância onde a princípio ninguém seria acusado, ou seja, o mais importante nesse momento é a apuração de todos os fatos e de esclarecimento de todas as dúvidas, com a opinião e a versão de todos sobre os fatos sendo reduzido a termo, evitando o que ocorre nas correspondências internas onde uma pessoa responde em nome da outra e até mesmo atribui responsabilidade para outra pessoa sem a sua anuência.	O DEJUR concorda com a AUDIN	Regularizado
			Entendemos não ser correto, antes de entender os acontecimentos e apuração de provas da conduta de cada um, fazer um Processo Administrativo contra uma pessoa, ou seja, escolhido de forma aleatória e simplesmente processar para depois buscar as provas para condená-lo.	O DEJUR concorda com a AUDIN	Regularizado
			Entendemos que há o risco de processo de Danos Morais, caso não se consiga provar as acusações.	Recomendação acatada	Regularizado
16 13/06/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Março/2017	Posição do Saldo de Bancos em Março/2017	xxx	Relatório informativo
			Autuar o processo com folhas iniciais por assunto e respectiva numeração, em ordem cronológica;	A CPL informou que irá se adequar para que a falha não ocorra novamente	Regularizado

17 13/06/2017	CPL	PAINT – Abril/Maio/2 017	Não inserir, no processo, folhas em duplicidade ou destiná-las de acordo com a conveniência das partes;	A CPL informou que irá se adequar para que a falha não ocorra novamente	A CPL informou que irá se adequar para que a falha não ocorra novamente
			Convite nº 02/2017 – foi autuado de acordo com o artigo com o artigo 23, inciso I, letra “a”, combinado com o artigo 22, inciso III, parágrafo 3º da Lei 8.666/93. “NOTA” subitem 1.2, solicitação de contratação (fls 03 e 04 do processo), não foram assinadas pela Diretoria;	Revogado	Regularizado
Relatório nº e data	Área	Documento/ Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
17 13/6/2017	CPL	PAINT – Abril/Maio/2 017	Pregão Eletrônico nº 02/2017 - (subitem 2.2 - NOTA): Às folhas 23 e 28 do Edital encontram-se correções manuscritas à lápis, assim como em outras folhas, observações circuladas, cujo edital deveria ter sido substituído, caso fosse necessário as alterações;	Recomendação acatada	Regularizado
			Pregão Eletrônico nº 09/2017 – Verificou-se às folhas citadas no item 3.2 “NOTA” que a Adjudicação do objeto, solicitada na página 264 do processo, consta da ata às folhas (258,259,262);	Recomendação acatada	Regularizado
18 23/6/2017	DEPLA	Execução Orçamentária /1º Trimestre2017	Recomendação ao DEPLA sobre o monitoramento constante das metas estabelecidas para conciliar as despesas com as receitas no exercício. Devendo ser feita uma nova reprogramação orçamentária a fim de adequar a realidade; elaboração do Planejamento Estratégico e busca de solução informatizada através da TOTVS.	Recomendação acatada	Regularizado

19 27/06/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Abril/2017	Posição do Saldo de Bancos em Abril/2017	xxx	Relatório informativo
20 28/07/2017	CPL	Processos Licitatórios Extraordinário	Concorrência 35/2010 e 49/201 – Alienação de Ibiá. Quando houver alteração do valor previsto para a licitação, elaborar as devidas justificativas; inserir no processo de caso semelhante a justificativa de interesse público para efetuar a alienação de imóveis, caso sejam necessárias, devem ter a aprovação do Colegiado da Comissão Nacional de Desestatização.	Recomendação acatada	Regularizado
21 18/07/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Maio/2017	Posição do Saldo de Bancos em Maio/2017	xxx	Relatório informativo
22 21/07/2017	PRESI	Registro de Recomendações de Auditoria Interna	Remessa desta planilha para DIREX		Relatório informativo
23 19/07/2017	DEFIN/SEPAG	Contas a Pagar e Setor Fiscal	A Auditoria sugere acompanhamento mais rigoroso aos contratos; orientações aos fiscais e setores responsáveis; medida adequada às normas de compras de passagens e reservas de hotéis; vedação a pagamentos antecipados ocorrido no contrato 34/2017, em face das decisões do TCU.	Recomendação acatada	Regularizado
24 26/07/2017	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Junho/2017	Posição do Saldo de Bancos em Junho/2017	xxx	Relatório informativo
25 11/08/2017	CPL	Relatório Extraordinário referente à CI nº	O Departamento Jurídico, os membros da CPL, entendem que o fato de ter sido colocado os nomes dos Diretores da	Recomendação acatada	Regularizado

		589/2017 do DEJUR para PRESI/AUDIN	CeasaMinas nas atas do dia 14/03/2017 e 17/03/2017 foi um erro material, portanto entendemos que a Sindicância nº04/2017 deve ser arquivada. Assim como: O Arquivamento da Sindicância nº04/2017 e cancelamento do processo de licitação 01/2016. Promover <i>realização de nova licitação para atender as necessidades da Unidade de Uberlândia.</i>		
26 04/09/2017	CPL	Relatório Extraordinário referente à CI/DIRFIN/nº 20/2017, reportando ao Relatório AUDIN nº 25/2017	Resposta aos questionamentos da Diretoria Financeira que abordam o Relatório AUDIN nº 25/2017, com relação à Concorrência nº 01/2016 (obras de acessibilidade e incêndio na Unidade de Uberlândia MG). A posição da Auditoria Interna é manter as recomendações do relatório.	Recomendação acatada	Regularizado
27 05/09/2017	CPL	Pregão Eletrônico nº 13/2017 – Auditoria PAD	Auditoria referente a contratação de escritório de advocacia para analisar processos administrativos disciplinares entre 2015/2016. As recomendações da Auditoria Interna reportam-se ao entendimento do TCU, artigo 38 e parágrafo único da Lei 8.666/93 combinado com o artigo 11 da Lei Complementar 73/93 que se posiciona pela impossibilidade de aprovação do ato administrativo sem parecer favorável.		Não foi respondido pela CPL
28 05/09/2017	DEPLA	Execução Orçamentária /2º Trimestre 2017	Recomendação ao DEPLA sobre o monitoramento constante das metas estabelecidas para conciliar as despesas com as receitas no exercício. Devendo ser feita uma nova reprogramação orçamentária a fim de adequar a realidade; elaboração do Planejamento Estratégico e busca de solução informatizada através da TOTVS.	Recomendação acatada	Regularizado

29 27/09/2017	CPL/DE JUR/ DEPOP /DEFIN	Risco de Indenização inserida nos contratos de concessão de uso.	A AUDIN recomenda fazer um levantamento do que poderá ocorrer, em caso de Privatização, com as indenizações inseridas no contrato de concessão de uso, de acordo com a cláusula contratual dos referidos contratos.	Substituída pela Nota de Auditoria 02/2017	
Relatório nº e data	Área	Documento/ Finalidade	Constatação	Resposta da área	Situação
30 11/09/2017	DEFIN/ SETES	Verificação de Controles da Tesouraria	A Auditoria recomenda que na autorização de viagem a serviço da empresa, há obrigatoriedade da prestação de contas, assim como os vales de adiantamento, em cumprimento à RD nº 022/2007; atualizar os termos de responsabilidade de caixa e alertar o Gestor do contrato, junto ao Fiscal, para dar prosseguimento à assinatura do contrato com a Assistebras S/A.	Recomendação acatada	Regularizado
31 10/10/2017	CPL	Pregão Eletrônico 22/2017 – Contrato de Publicidade de atos oficiais	Recomendações da Auditoria quanto à autuação do processo, adequação do valor da compra em relação ao histórico de despesas anteriores e cotação de preços compatíveis com o orçamento disponível. Com todos os elementos necessários para decisão do ordenador da despesa.	Recomendação acatada	Regularizado
32 10/10/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Agosto/2017	Posição do Saldo de Bancos em Junho/2017	xxx	Relatório informativo
33 10/10/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Julho/2017	Posição do Saldo de Bancos em Junho/2017	xxx	Relatório informativo
34 09/11/2017	PRESI	Saldo Médio dos Bancos em Setembro/2017	Posição do Saldo de Bancos em Junho/2018	xxx	Relatório informativo

35 10/11/2017	CPL	Auditoria de Processos Licitatórios	Constatou-se, no Pregão Presencial nº 50/2016, divergências na autuação do processo. A Auditoria recomendou observar o preenchimento do Edital, estabelecer prazo obrigatório para regularização das licitações concedias a pessoa física, conforme cláusula do contrato de concessão de uso. No Pregão Eletrônico nº 27/2017 recomendou-se a organização sequencial do processo na autuação, preenchimento de datas no edital e aplicação dos acórdãos TCU nº 3091/2014 Plenário e 2686/2016 Plenário, com relação a contratação de locação de computadores.	Aguardando resposta	22/12/2017
36 10/11/2017	PRESI	PAINT 2018	Conforme determina a instrução normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2007, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - Secretaria Federal de Controle interno	xxx	Relatório informativo
37 13/12/2017	PRESI	Sumário 1º, 2º e 3º trimestre 2017	Em atenção à Instrução Normativa Nº 02, de 24/12/2002, da Corregedoria Geral da União, apresentamos em anexo o Sumário Trimestral das Auditorias Realizadas	xxx	Relatório informativo

38 13/12/2017	DEPAD / SECOP	Auditoria DEPAD / SECOP	De conformidade com os Borderaux n°s 677 e 788/2017, foram analisadas as notas fiscais dos meses de outubro/novembro/2017, relativas às compras serviços e, passagens aéreas, período mais abrangente, prestados à empresa. Os documentos apresentados estão de acordo com as normas e procedimentos exigidos. A Seção de Compras remete os documentos processados, à Seção de Pagamentos para finalização, posteriormente, são enviados à Tesouraria e Seção de Contabilidade para lançamento e arquivamento. Diante das conclusões, os procedimentos da Seção de Compras está em consonância com as normas da empresa e legislação pertinente, com exceção da compra de passagens aéreas, em que houve falhas cometidas com relação as reservas de bilhetes não utilizados, os documentos apresentados não comprovam a regularização.	1 - Sugerimos que as Notificações sejam reiteradas pelo Setor competente e esclarecidas a AUDIN, para as providências necessárias; 2 - Em face da RD ser de competência da Administração, cabe à DIREX analisar o assunto.	Regularizado parcialmente e será concluído com a Licitação Tomada de Pregão 08/2017 conclusão em 30/06/18
39 14/12/2017	PRESI	Extraordinari o Atas Consad 2017	As constatações foram feitas através do planilhamento das deliberações das Atas de Conselho Administrativo no ano 2017	Recomendamos que a(o) Secretária(o) Executiva(o) dê continuidade no processo de acompanhamento das deliberações em reuniões de Conselho através do preenchimento das planilhas para facilitar futuras demandas da Controladoria Geral da União em função da Política de Integridade que deve ser seguido pela Alta Direção.	Conforme reunião do CONSAD o relatório será apresentado ao Conselho Trimestralmente

3 - RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - 2017

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 18 DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao décimo oitavo dia do mês de janeiro de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 193ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Novembro/2016, os Conselheiros: Sônia Mariza Alves de Souza e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho, senhor Sérgio Coneza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** A análise da pendência verificada na reunião anterior, quanto ao Relatório de Auditoria nº 39, a respeito de divergências relativas a licitação para locação de veículos, foi adiada para a próxima reunião, em face da ausência do senhor Carlos Cássio, gestor da Auditoria Interna da CeasaMinas, por motivo de gozo de férias. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À NOVEMBRO/2016.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. O Colegiado manifestou junto ao gestor sua insatisfação pelo atraso no envio da documentação o que gerou problemas como a transferência de data da reunião e a escassez de tempo para análise dos documentos; os Conselheiros solicitaram prioridade na liberação da documentação para as reuniões e o presidente do Conselho ainda sugeriu que todas as áreas encaminhem a documentação ao secretário por meio de ofício. Quanto às demonstrações financeiras, a Conselheira Sarah observou que o aumento de receita é pontual. Perguntado sobre o arquivamento de um processo judicial apontado na Planilha de Ações Trabalhistas, enviada pelo Departamento Jurídico, o senhor Názio esclareceu que foi feito um acordo com a demandante do processo e assim o processo fora arquivado. Os conselheiros observaram, segundo esclarecimentos do gestor, que o valor do acordo seria maior que o valor original da demanda, devido às correções monetárias e sugeriram que na próxima planilha sejam acrescentadas duas colunas contendo o valor atualizado da causa e também a data da última atualização; o Colegiado sugeriu ainda que fosse acrescentada uma nota de rodapé, com as devidas observações em casos semelhantes de arquivamento. Quanto aos valores apresentados em relação à inadimplência, os Conselheiros observaram um crescimento de 23% em relação ao mesmo período anterior e questionaram a inexistência de um relatório que aponte e espelhe a realidade das negociações e os critérios da Diretoria para essa negociação. Diante do quadro, o Colegiado solicitou a apresentação de uma planilha com a evolução da inadimplência nos últimos quatro anos, com números sintéticos anuais. O senhor Názio ainda esclareceu algumas dúvidas dos conselheiros em relação a conta Clientes a Receber. A certidão do INSS/RECEITA FEDERAL continua irregular e o senhor Názio reiterou o motivo apresentado em reunião anterior que seria uma demanda judicial junto à Receita Federal, bem como a certidão da Prefeitura de Contagem. Como última informação, o senhor Názio esclareceu ao novo Conselheiro, por solicitação do mesmo, os motivos

do bloqueio de recursos financeiros ocorrido ao final do exercício anterior pela Prefeitura de Contagem. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – NOVEMBRO/2016.** O representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, Plínio Gonzaga cumprimentou aos presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Ele informou que os investimentos não atingiram o planejado para o exercício no período. Segundo o gestor ainda falta o registro de obras que estavam em execução, o que será visualizado nas demonstrações do mês de Dezembro. Sobre o terreno recebido como doação em Governador Valadares o gestor disse que o valor do imóvel é de cerca de R\$ 990 mil e é fonte de investimento e deverá ser utilizado para expansão do entreposto naquele município. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O gestor substituto da AUDIN, senhor José Cupertino se apresentou, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Sobre a nota técnica da CGU de 20/12/2016, o Colegiado exaltou a prontidão do atendimento. Segundo o gestor, a auditoria respondeu à nota técnica esclarecendo os critérios e os valores corretos em relação a número de horas/homem relativos ao PAINT 2016. A senhora Sônia perguntou ao gestor se há alguma recomendação do TCU específica para a CeasaMinas relativa ao exercício 2016. Ele respondeu que nos relatórios preliminares não foram feitas recomendações expressas para a CeasaMinas. Os Conselheiros recomendaram que todas as recomendações dos órgãos de controles externos sejam apresentadas ao Conselho. Eles ressaltaram a necessidade dos esclarecimentos pendentes da reunião anterior sobre a licitação para locação de veículos. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** Ata da 360ª Reunião Ordinária da Direx analisada sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** Não houve reunião do Conselho de Administração no período. **8. APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA.** Os diretores Juliano Maquiaveli Cardoso (Administração e Finanças) e Benedito Sérgio de Resende (Técnico Operacional) foram convidados a participar da reunião e apresentar uma breve sinopse da CeasaMinas ao novo Conselheiro. O senhor Sérgio Coneza se apresentou e se colocou à disposição da Diretoria da CeasaMinas e quis saber em “breves pinceladas” um pouco sobre a Empresa, sobre os gargalos e sobre o cenário atual. O senhor Juliano fez um breve relato sobre a Empresa e, respondendo a alguns apontamentos do presidente do Colegiado, disse que após o período de um ano como diretor da CeasaMinas, ele chegou à conclusão de a Empresa não sabe quem ela é, qual o papel ela exerce no mercado e na economia do Estado. E que esse era o grande desafio da atual diretoria. Disse ainda que o grande gargalo da Empresa hoje seria o Mercado Livre do Produtor – MLP que seria fruto de um convênio mal elaborado com o Estado de Minas Gerais, pois é a origem do prejuízo que vem assolando a CeasaMinas. Sobre a contenda envolvendo a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, ele colocou o Conselho ao par do que estava acontecendo e que não houve um acordo e que a CeasaMinas vai depositar em juízo o valor considerado justo para a demanda. Sobre a determinação da CGU para cancelamento do contrato com a empresa Via Magna, ele disse que está esperando um posicionamento do Conselho de Administração, conforme orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA que é sanear para licitar novamente a área em destaque. Sobre o terreno em Governador Valadares ele esclareceu que não há nenhum projeto em vista, mas também não há ônus. Em um contexto geral, segundo o diretor financeiro, a CeasaMinas está retomando os trilhos, reduzindo a inadimplência com várias ações e finalizou citando o projeto de logística a ser implantado nesse ano, em parceria com a Associação dos Comerciantes, que vai agilizar as operações de mercado e tornar o entreposto atrativo. O senhor Benedito se apresentou e disse que apesar de estar há

apenas dois meses na Empresa, tem estudado a instituição e corroborou a opinião do senhor Juliano de que a CeasaMinas tem que redescobrir o seu papel no abastecimento nacional. Segundo ele, a Empresa precisa ter um norte. Ele citou a falta de manuais de procedimentos e de escrituração dos imóveis. Ele ressaltou a necessidade da formalização de algumas normas internas e de se fazer um levantamento concreto dos riscos das ações judiciais. O presidente do Conselho agradeceu a presença e a explanação dos dois diretores e finalizou dizendo que concorda com a necessidade se definir a missão, ter um planejamento estratégico bem elaborado e se concentrar nos gargalos: MLP's e inadimplência; e novamente se colocou à disposição da Empresa junto ao Ministério da Agricultura. **9. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 17/02/2017, conforme calendário definido no início da reunião. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

SÔNIA MARIZA A. DE SOUZA
Conselheira

SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI
Conselheira

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 195ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 17
DO MES DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 195ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Dezembro/2016, os Conselheiros: Sônia Mariza Alves de Souza e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Rodrigo Guanaes Cavalcanti, representante da Secretaria do Tesouro Nacional, suplente e substituto da senhora Sarah Tarsila de Araujo Andreozzi. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho, senhor Sérgio Coneza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** **a)** Relatório de Auditoria nº 39 – Pregão eletrônico 15/2016 Ata de Registro de Preços: o senhor Carlos Cássio, gestor da Auditoria Interna esclareceu que as divergências verificadas e apontadas pelo Conselho Fiscal estão relacionadas ao tipo e valor de custos da locação dos veículos, pela qualidade e modelo dos bens; **b)** Documentação para reunião Conselho Fiscal (atraso, oficialização e ordenação): o Colegiado deliberou pelo envio de ofício ao Diretor Presidente, solicitando providências nesse sentido; **c)** Certidão INSS/Receita Federal: ainda não houve solução para a pendência judicial entre CeasaMinas e Receita Federal já explanada em reunião anterior. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À DEZEMBRO/2016.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e entregou aos conselheiros uma minuta das peças contábeis que serão submetidas ao Tesouro Nacional para aprovação das contas da Empresa em 2016. Segundo Ele estariam faltando o parecer da Auditoria

Independente e os relatórios de administração e gestão, elaborados pelo Departamento de Planejamento - DEPLA. Ele informou aos Conselheiros que a reunião da Assembleia Geral Ordinária - AGO fora agendada para o dia 13/04/2017. Em face da obrigação de enviar as peças contábeis e os pareceres dos Conselhos Fiscal e de Administração ao Tesouro Nacional no prazo de trinta dias anteriores à realização da AGO, o Colegiado deliberou por alterar o calendário anual antecipando a data da reunião do mês de março do dia 17 para o dia **10**. O senhor Názio apresentou aos Conselheiros um relatório, segundo ele, com a evolução da Inadimplência a partir de julho/2016. Os Conselheiros agradeceram pelo relatório, mas informaram ao gestor que aquele documento estaria aquém do que foi solicitado em reunião anterior e que o tema ficaria ainda pendente para a próxima reunião. No que tange às provisões contábeis inerentes às ações judiciais, os Conselheiros levantaram a questão quanto ao entendimento do status constante de uma das colunas da planilha das ações trabalhistas relativo a interpretação do significado da expressão "Possibilidade de êxito da CEASAMINAS" (classificação CVM), e que o entendimento entre a Contabilidade e o Departamento Jurídico divergia. Diante desse fato, foi solicitada a presença do Dr. Dênio gestor daquele Departamento o qual propôs marcar uma reunião com o gestor da Contabilidade para o alinhamento das informações/interpretações. O Dr. Dênio se comprometeu a atualizar as informações constantes da citada planilha, bem como, adicionar os valores atualizados que foram inicialmente estimados referentes as ações em comento, aproximando da realidade. Comprometeu-se também, em apresentar a planilha das ações Cíveis (as mais relevantes), conforme era feito e antes, porém solicitou um prazo de 60 dias para apresentar o trabalho ao Conselho Fiscal. O senhor Dênio aproveitou a oportunidade e demonstrou grande preocupação com duas ações específicas que podem trazer prejuízo substancial à Empresa: as ações do biênio e do CNAE. A Conselheira Sônia solicitou ao senhor Názio esclarecimentos sobre a rubrica Outros Custos e Despesas Antecipadas, ao que ele informou se tratar de uma conta transitória que recebe o total de operações do Rateio das Despesas Comuns - RDC e fica "zerada", pois apura-se o resultado e classifica-o nas respectivas contas das unidades. Ele pediu atenção do Colegiado quanto ao Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE, na conta de Provisões para Perdas no valor de R\$ 918 mil e Outras Despesas Operacionais no valor de R\$ 3.300 mil. Em relação aos resultados das unidades do interior o Colegiado observou melhoria em todas elas, mesmo em Governador Valadares, apesar de apresentar números negativos. A certidão do INSS/RECEITA FEDERAL continua irregular e o senhor Názio reiterou o motivo apresentado em reunião anterior que seria uma demanda judicial junto à Receita Federal, bem como a certidão da Prefeitura de Contagem.

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – DEZEMBRO/2016. A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso cumprimentou aos presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Sobre o resultado do mês de dezembro ela disse aos Conselheiros que os números se apresentaram conforme as expectativas. No contexto geral, ela disse que o que destoou da normalidade foram os bloqueios judiciais que surpreenderam em alguns momentos e que a Empresa não tem fôlego de recuperação.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O gestor da AUDIN, senhor Carlos Cássio se apresentou, cumprimentou os presentes e esclareceu, desculpando-se, que os relatórios não foram apresentados em virtude da priorização do RAINTE e que os mesmos serão apresentados na próxima reunião. Ele apresentou as justificativas para atender a pendência relacionada ao Pregão eletrônico 15/2016 da locação de veículos, conforme item 2 desse documento.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: As atas da 361ª e 362ª Reuniões Ordinárias da Direx foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: Não foi apresentada ata de reunião do Conselho de Administração referente à Janeiro/2017.

8. ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 10/03/2017, conforme definido no início da reunião. Foi elaborado o calendário definitivo para as reuniões do

Conselho Fiscal em 2017. Ficou definido que, quando da assinatura e envio da ata definitiva, o secretário desse Colegiado enviará cópia da mesma à Diretoria Executiva da Empresa para conhecimento da mesma. Foi elaborado um Ofício destinado à Presidência da CeasaMinas com solicitações do Colegiado acerca do envio da documentação pertinente às reuniões. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

SÔNIA MARIZA A. DE SOUZA
Conselheira

RODRIGO GUANAES CAVALCANTI
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA
10 DO MES DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao décimo dia do mês de Março de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 196ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Janeiro/2017, os Conselheiros: Sônia Mariza Alves de Souza e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho, senhor Sérgio Coneza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS. a)** Atualização da Planilha das Ações Judiciais: Não foram realizados os ajustes, bem como a atualização dos valores, conforme havia se comprometido o senhor Dênio, gestor do Departamento Jurídico da CeasaMinas, em reunião anterior. O Colegiado considerou a impossibilidade de análise do documento, pois o mesmo continua repetitivo e sem as devidas atualizações. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À JANEIRO/2017.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição dos Conselheiros. Sobre a aprovação das contas do Encerramento do Exercício 2016, em face de a documentação não estar completa, principalmente pela ausência da ata de reunião do Conselho de Administração que tratasse do tema, bem como do seu parecer sobre as contas da Empresa, os Conselheiros decidiram por não analisarem as peças apresentadas pela Empresa e, deliberaram pela realização de reunião extraordinária em 13/03/2017, em Brasília, para análise da documentação e emissão do seu Parecer. Tal decisão foi tomada com embasamento no texto do Manual do Conselheiro Fiscal em seu **Capítulo 3 – Atribuições Legais**, páginas 11 e 12 a partir do item 1, a saber: [...]“Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. A fiscalização deverá ocorrer por meio da análise das atas da Diretoria e do Conselho de Administração. O conselho deverá destacar para exame algumas decisões que resultem em relevante valor de despesa,

comprometimento de seu patrimônio, ou, ainda, outras medidas aprovadas por aqueles órgãos que sejam estratégicas ou demonstrem inobservância aos preceitos legais, solicitando, se necessário, a documentação complementar sobre a matéria”[...]; corroborado pelo Art. 163, Inciso III da Lei 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações. Sobre os resultados relativos ao mês de Janeiro 2017, a Empresa apresentou um lucro de aproximadamente R\$ 400 mil, mas o Colegiado observou que três unidades do interior apresentaram números negativos. O senhor Názio esclareceu que em uma delas, Juiz de Fora, houve a necessidade de substituição da empresa terceirizada prestadora de serviços naquela unidade e, por consequência, ocorreu o aumento das despesas oriundo das rescisões de contratos de trabalho. Observando a recorrência dos resultados negativos na unidade de Governador Valadares, o Colegiado sugeriu que a CeasaMinas realize um estudo de viabilidade econômica, social e financeira de manutenção daquele entreposto. Sobre o alinhamento de entendimento da planilha de ações com o Departamento Jurídico - DEJUR, o senhor Názio apresentou comunicação encaminhada aquele DEJUR que solicitou prazo para resposta. A situação das certidões permanece inalterada. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – JANEIRO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso cumprimentou os presentes e se justificou pelo fato de não ter apresentado a documentação do Programa de Dispêndios Globais – PDG, em tempo hábil para análise do Colegiado. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O gestor da AUDIN, senhor Carlos Cássio não compareceu a reunião e sua ausência foi justificada pelo senhor José Cupertino que se colocou à disposição do Colegiado. Os Conselheiros deliberaram que a apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE 2016 será feita na próxima reunião ordinária. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** A ata da 363ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** As atas da 233ª Reunião Ordinária e da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 20/04/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

SÔNIA MARIZA A. DE SOUZA
Conselheira

SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI
Conselheira

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 197ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 20
DO MES DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao vigésimo dia do mês de Abril de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 197ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais

de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Fevereiro/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho, senhor Sérgio Coneza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. Foram empossados os novos conselheiros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 05/04/2017. Foi deliberada a permanência do senhor Sérgio Furlanetti Coneza como presidente do Conselho Fiscal. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** **a)** Atualização da Planilha das Ações Judiciais: Não foi apresentada a planilha de ações trabalhistas; findo o prazo de 60 dias solicitado pelo senhor Dênio, gestor do Departamento Jurídico da Empresa, também não foi apresentada a planilha das ações cíveis, conforme consta em ata da 195ª reunião desse Conselho em 17/02/2017. O Colegiado solicitou que a referida documentação seja apresentada na próxima reunião com as devidas regularizações de valores e andamento. **b)** Apresentação do Relatório Anual das Atividades de Ouvidoria – RAINTE 2016: por falta de tempo, em função de compromisso profissional, o gestor da Auditoria Interna não fez a apresentação do referido documento. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À FEVEREIRO/2017.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição dos Conselheiros. O Conselheiro Hilton solicitou algumas informações sobre os critérios para cobrança dos clientes inadimplentes e o senhor Názio explicou que são feitas as devidas notificações de cobrança e que a última instância é o processo de reintegração de posse. Sobre o período em análise e conforme a documentação apresentada, o gestor informou que houve um lucro em torno de R\$ 800 mil. As unidades da CeasaMinas em Governador Valadares e Caratinga apresentaram resultado negativo e o Conselheiro Hilton identificou que o grande gargalo nas contas dessas unidades é relativo a despesas com pessoal. Sobre o relatório da inadimplência, o gestor informou que se referia ao período de Junho/2016 a Janeiro/2017, mas que o saldo da inadimplência se referia a valores acumulados ao longo da existência da Empresa; por meio do relatório apresentado, os Conselheiros entenderam que a inadimplência fora dividida em três níveis: **a)** Tarifa de Uso (TU) + Rateio das Despesas Comuns (RDC), **b)** Ações Judiciais e **c)** RD44 e que apesar de o nível **a** apresentar redução, o nível **b** apresenta aumento significativo, o que fora observado também de modo geral. O senhor Názio confirmou que a inadimplência tem apresentado aumento à base de R\$ 400 mil/mês. O Colegiado observou que não foi atendida solicitação feita na 194ª Reunião Ordinária acerca da evolução da inadimplência e recomendou o seu atendimento e ainda que, para a próxima reunião, fosse elaborada uma exposição detalhada da RD 44, para melhor entendimento do relatório apresentado. As certidões negativas estão regulares. **4. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O gestor da AUDIN, senhor Carlos Cássio cumprimentou os presentes e passou a discorrer sobre os relatórios apresentados. **Relatório 03/17: Pregão 28/2016** – o gestor referendou a falta de cuidado com a formatação e numeração de páginas; **Concorrência 16, Uso de garagem** – o gestor enfatizou a falta de assinatura dos diretores da Empresa, salientou que o edital foi revogado causando prejuízo ao certame; **Relatório 04/17: Parecer sobre a remuneração dos diretores** – nenhuma observação relevante; **Relatório 05/2017: Disponibilidade de Caixa** – nenhuma observação relevante; **Relatório 06/17 (Extraordinário): Gestão de Pessoas – Procedimentos de Utilização da RD 42.** Foram identificados alguns empregados que não poderiam estar usufruindo do benefício do horário flexível; apontamento sobre motoristas com excesso de horas extras. Esse relatório foi disponibilizado para Chefias de Departamento, Diretoria e Conselhos, mas houve uma disseminação do documento pelos setores, o que acarretou um entendimento equivocado por parte de alguns leitores que tiveram acesso ao relatório, causando certo transtorno e constrangimento; entretanto, foram sanadas as dúvidas, as orientações foram seguidas e os problemas resolvidos. **Relatório 07/17: Inventário Físico** – Foram apontados alguns itens ociosos e defasados e

foi orientada a doação para entidades credenciadas (Oscip's) e/ou leilão. **Relatório 08/17:** *Pregão 10/2017 para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de crachás de PVC em atendimento à demanda da Seção de Cadastro – SECAD, do Mercado Livre do Produtor – MLP e do Departamento de Gestão de Pessoas - DEREH* – o gestor informou que até então a confecção de credenciais de produtores, concessionários, trabalhadores do entreposto e empregados da administração era realizada pela própria CeasaMinas, que adquiriu os equipamentos e também desenvolveu o sistema para impressão. Houve um entendimento da Diretoria que esse procedimento não seria “expertise” da Empresa e resolveu se licitar o fornecimento do serviço. Os apontamentos desse relatório ocorreram no sentido de que não foi identificado no processo licitatório para aquisição desse serviço, um **Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira** que, levasse à conclusão que esse novo modelo de confecção dos crachás fosse mais vantajoso economicamente para a Empresa; *Pregão 33/2017 – Limpeza:* Houve impugnação do certame impetrada pela empresa Libra Soluções e Empreendimentos Ltda, pelo fato de, segundo o impugnante, o edital só teria sido publicado no site da interessada. Foi observado no entanto que, tal impugnação perdeu o objeto, visto que o edital será retificado e publicado posteriormente. *Rateio de Despesas Recuperação de Despesas Comuns – RDC* – Foram levantados problemas recorrentes que não conseguem ser sanados, onde a CeasaMinas antecipa os pagamentos e posteriormente cobra do concessionário por meio de boleto de condomínio. A Auditoria Interna, apesar de não considerar uma irregularidade, esse modelo de administrar os recursos da Empresa tem causado impactos importantes como a inadimplência e influenciam diretamente nos resultados financeiros da CeasaMinas. Nesse mesmo relatório foram apontados temas polêmicos como os *Acórdãos 2050/14 e 919/16*, além do item 4 – *Pareceres Jurídicos* (processos licitatórios) que tem sido emitidos de forma genérica, por meio de Correspondência Interna, correndo risco de a CeasaMinas ser penalizada por órgãos fiscalizadores externos. **Relatório 09/17:** *Departamento de Tecnologia da Informação* – hh. Após a explanação do auditor acerca dos relatórios, os Conselheiros demonstram preocupação com o Relatório 08/17. O Colegiado se manifestou solidário com as recomendações da Auditoria Interna, em especial a recomendação para que seja elaborado o referido estudo de econômico- financeira da contratação da empresa especializada na confecção dos crachás (Pregão 10/2017), em detrimento da viabilidade econômico-financeiro anterior quando o serviço seria, há algum tempo, executado pela própria CeasaMinas. O Conselho ainda recomenda que os pareceres jurídicos sejam específicos para cada situação e não sejam feitos por meio de modelo pré-elaborado e que a CeasaMinas avalie a gestão dos recursos no que tange ao Rateio das Despesas Comuns. Os Conselheiros deliberaram que a apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE 2016 será feita na próxima reunião ordinária. **5. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – FEVEREIRO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Os Conselheiros solicitaram que a gestora fizesse uma explanação das planilhas com as informações apresentadas pelo seu departamento. Os conselheiros sugeriram que houvesse um melhor detalhamento dos itens apresentados e que as destinações dos valores fossem mais específicas. Sobre investimentos, a gestora esclareceu que até fevereiro, a Empresa não realizou nenhum, mas há previsão de realização de uma obra na unidade de Uberlândia para acessibilidade e combate a incêndio, conforme solicitado pela prefeitura daquela cidade. Foi previsto o valor de R\$ 1 milhão para essa obra. Sobre os números do período em análise, a gestora disse que a Empresa apresenta um lucro acumulado em cerca de R\$ 1 milhão e saldo de caixa em torno de R\$ 4,4 milhões. Antes de encerrar sua participação na reunião a gestora solicitou que o Colegiado retificasse a redação de sua fala constante da ata da 195ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal. Diante das ponderações, o Colegiado acatou a solicitação e retifica o texto conforme solicitado. **Onde se lia:** “No

contexto geral, ela disse que o que destoou da normalidade foram os bloqueios judiciais que surpreenderam em alguns momentos e que a Empresa não tem fôlego de recuperação”, leia-se: “No contexto geral, ela disse que o que destoou do esperado foi a realização do grupo das despesas relacionadas com as provisões; para o grupo esperava-se um desembolso de R\$ 2.252.002, no entanto, a realização foi de R\$ 4.137.129. Essa variação é prejudicial à empresa, pois, quando a provisão se faz necessária, por exemplo, ao final do ano e em um montante considerável, como às vezes acontece com as demandas judiciais, a empresa poderá não ter fôlego suficiente para superar essa dificuldade momentânea e ainda obter lucro ao final do exercício”.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: A ata da 364ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: As atas da 234ª Reunião Ordinária e da 12ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foram analisadas, sendo que o Colegiado se ateve à fala da Conselheira Tânia Garib no item 3 da referida ata, na qual ela recomenda que este Colegiado aponte a fonte e a data base com os quais o Conselho Fiscal referenciou o aumento da inadimplência na CeasaMinas. Em resposta à recomendação, este Colegiado esclarece que esse valor consta do Balanço Patrimonial Acumulado e Comparativo de 30/11/2016, apresentado ao Conselho Fiscal em 18/01/2017. No aludido documento a rubrica “**Contas a receber de Clientes**” apresenta os seguintes números, conforme quadro abaixo.....:

ATIVO	30/11/2016	30/11/2015	AH%
Circulante	22.060.726,54	17.239.218,83	27,97
...	...	...	...
Contas a Receber de Clientes	12.715.483,66	10.257.737,80	23,96

Nos demais itens não houve recomendações ou observações relevantes.

8. ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 19/05/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Pendências para a próxima reunião: **1)** Planilhas de ações trabalhistas com as atualizações de valores e andamentos; **2)** Planilhas de ações cíveis nos mesmos moldes da planilha trabalhista; **3)** Relatório com a evolução da inadimplência dos últimos quatro exercícios, com números sintéticos anuais; **4)** Apresentação do Relatório Anual das Atividades de Auditoria. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 19 DO MES DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao décimo nono dia do mês de Maio de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 198ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais

de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Março/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho, senhor Sérgio Coneza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** a) Atualização da Planilha das Ações Judiciais: Novamente não foram apresentadas as planilhas de ações judiciais trabalhistas e cíveis. O Colegiado ressaltou a importância da apresentação desses documentos, sobretudo, no que diz respeito ao provisionamento de recursos para a possibilidade de insucesso da Empresa. Os conselheiros entendem que a falta dessas planilhas e, conseqüentemente, das provisões, gera insegurança financeira. O Conselho solicitou que a Empresa apresente a documentação na próxima reunião com as devidas regularizações de valores e andamento. b) Apresentação do Relatório Anual das Atividades de Ouvidoria – RAINTE 2016: o gestor da Auditoria apresentou o relatório conforme solicitado. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À MARÇO/2017.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição dos Conselheiros. Os Conselheiros solicitaram algumas informações sobre o relatório de inadimplência com evolução dos últimos quatro anos, apresentado conforme solicitado anteriormente. O gestor explicou que o relatório fora elaborado com base nos valores de Receita Operacional (recebíveis) do período solicitado e que os valores eram individuais e não cumulativos. Ele informou que os valores refletem a atual situação econômica do país que o aludido relatório seria um “retrato” do estoque de dívidas daquele período, ressaltando que parte desse estoque já teria sido recebido. Ainda segundo o senhor Názio, uma parte da inadimplência refere-se à comissão de transferência societária conforme RD 44. O Colegiado entendeu que o relatório apresentado não reflete uma evolução da inadimplência conforme fora solicitado, mas valores pontuais referentes ao período específico. Quanto às demonstrações financeiras, os Conselheiros observaram o crescimento das aplicações financeiras e o gestor esclareceu que tal evento reflete a melhor da situação do caixa da Empresa. Os Conselheiros solicitaram esclarecimentos sobre a rubrica Outras Obrigações a Pagar e o senhor Názio informou se tratar de um convênio celebrado com a CONAB acerca de uma área em Juiz de Fora, tema já tratado em reuniões anteriores, e que o valor da rubrica seria de um depósito consignado devolvido pela CONAB que se tornara uma obrigação. O Colegiado ainda demonstrou preocupação aos Depósitos de Ações Judiciais. Quanto ao resultado do trimestre o gestor informou que a Empresa saiu de um prejuízo de R\$ 800 mil no mesmo período do exercício anterior, para um lucro de R\$ 400 mil nesse ano. Quanto às unidades do interior, foi verificado que a unidade de Governador Valadares continua destoando das demais e que Juiz de Fora conseguiu reverter o resultado do mês anterior. O Colegiado ressaltou a importância de um estudo de viabilidade econômica para a unidade de Governador Valadares conforme sugerido em atas anteriores. As certidões foram analisadas e estão em dia. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – MARÇO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. A gestora perguntou se as alterações feitas nas planilhas conforme solicitado, atendeu às necessidades do Conselho, ao que os Conselheiros responderam que sim. Os Conselheiros perguntaram se quando os investimentos programados não se realizam, seria por falta de recursos, ou se haveriam outros motivos. A gestora respondeu que geralmente não é por falta de recursos e sim, em virtude dos trâmites internos de contratação, principalmente quando os investimentos são relativos à obras. O Colegiado questionou se a não realização desse tipo de investimento dentro do período programado, não traria prejuízo à Empresa. Ela respondeu que em tese, sim. Ela esclareceu ainda que a programação é feita de acordo com o cronograma de execução da obra. Sobre a Correspondência Interna 338/2017 anexada à documentação do PDG, a gestora

esclareceu que foi uma solicitação do Presidente da Empresa e se referem a ações trabalhistas, relativa às contingências judiciais constantes do PDG. Os Conselheiros ressaltaram a necessidade de alinhamento entre o Departamento Jurídico e a Seção de Contabilidade e que os valores dessas ações se aproximem ao máximo da realidade, para proteção da Empresa; além disso, as provisões para essas ações devem ser acompanhadas mensalmente, de maneira bem conservadora, para se evitar surpresas. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O gestor da AUDIN, senhor Carlos Cássio cumprimentou os presentes, atendeu demanda pendente, explicando O Relatório Anual das atividades da Auditoria e, em seguida, passou a discorrer sobre os relatórios apresentados. **Relatório 10/17: Inventário de Caixa** – o gestor esclareceu que os apontamentos foram regularizados; **Relatório 11/17: Contrato Conservo** – O gestor informou ao Colegiado que foi realizada uma auditoria para verificação do andamento da execução do contrato. Segundo o auditor, os valores apurados estão dentro do contrato e ainda há saldo, porem ao analisar as notas fiscais, foram encontradas discrepâncias entre itens de contrato e as medições, e citou como exemplo.....:

Posto de Trabalho	Quant. Contrato	Medição 10/2016	Excedente
Auxiliar de Jardinagem	0	1	1
Carpinteiro	3	5	2
Cozinheiro	2	3	1
Porteiro Diurno 12 x 36	10	12	2

a contratação de 05 Carpinteiros, excedendo o contrato que permite apenas 03 contratações para a referida função, lembrando que o fato se repetiu em outras análises de outras notas fiscais e com agravante de as notas terem sido atestadas pelo fiscal do contrato; quanto à questão de Horas Extras, foi identificada realização de horas extras em desacordo com a legislação, citando como exemplo a questão de um motorista com quantidade variando entre 70 e 152 horas extras realizadas por mês, nos períodos analisados; e foi identificado que a conservação dos banheiros tem deixado a desejar. O Colegiado analisou e corrobora com as recomendações feitas pelo auditor em todos os itens desse relatório. **Relatório 12/2017: Disponibilidade de Caixa e Índices de Liquidez** – destaque para os valores retidos por bloqueios judiciais; os Conselheiros sugeriram que fossem detalhados os valores referentes aos referidos bloqueios; **Relatório 13/17: Departamento de Engenharia** – Construção de rampas de limpeza, manutenção e reformas de piso; atendimento da empresa que fornece energia está regular; **Item 3:** sobre as platibandas, o auditor informou que há necessidade iminente da troca das 4.800 platibandas do entreposto de Contagem, mas por problemas de caixa, foram trocadas apenas 200 e as demais serão trocadas de acordo com a disponibilidade financeira; sobre a Linha de Vida (proteção para trabalhadores quando da manutenção de telhados), o contrato está suspenso por não estarem acontecendo manutenção nos telhados. **Item 4:** sobre o contrato de concessão para construção de estacionamento, a CeasaMinas está tendo prejuízos, pois o concessionário paga apenas a Taxa de Utilização - TU e não paga RDC; além disso, o concessionário não apresentou projeto básico da construção para acompanhamento do Departamento de Engenharia. Os Conselheiros orientaram que nos relatórios que tratem de contratos, fossem apostos os devidos valores a partir da próxima reunião. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** A ata da 364ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** As atas da 235ª Reunião Ordinária e da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 23/06/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Pendências para a próxima reunião: **1)** Planilhas de ações trabalhistas com as atualizações de valores e andamentos; **2)** Planilhas de ações

cíveis nos mesmos moldes da planilha trabalhista; **3)** Relatório com a verdadeira evolução da inadimplência dos últimos quatro exercícios, com números sintéticos anuais. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 199ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 23
DO MES DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Junho de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 199ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Abril/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS. a)** Atualização da Planilha das Ações Judiciais: Novamente não foram apresentadas as planilhas de ações judiciais trabalhistas e cíveis. Os Conselheiros deliberaram pelo encaminhamento do Ofício 02/17 à Presidência da CeasaMinas, reiterando o Ofício 01/17 que tratava assunto similar, desta vez, porém, tratando especificamente sobre essas planilhas. Foi informado ao Colegiado que fora nomeado um novo gestor para o Departamento Jurídico – DEJUR e foi solicitada a presença do mesmo, conforme, inclusive, previsto em ata da reunião anterior. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À ABRIL/2017.** O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e passou a discorrer sobre as demonstrações financeiras em referência. Conforme as informações apresentadas, a Empresa apresentou no período um lucro em torno de R\$ 500 mil, contra um prejuízo apresentado no mesmo período do ano anterior. As unidades do interior mantiveram o ritmo. Segundo o gestor, o Imposto de Renda apurado no 1º trimestre está sendo pago regularmente; o Balanço Patrimonial apresenta lucro em torno de R\$ 900 mil. Foi constatada uma redução da inadimplência em âmbito geral apesar de a inadimplência denominada judicial ter aumento considerável. Sobre os critérios de encaminhamento das empresas inadimplentes para o Serasa, ficou esclarecido que os títulos com valores menores são enviados à entidade e os maiores são acionados judicialmente, além do limite de inclusão no órgão; antes porém, há as tentativas de acordo com os clientes. O gestor esclareceu as dúvidas do Colegiado quanto ao remanejamento de contas no balancete. As certidões foram analisadas não foram feitas observações. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – ABRIL/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso cumprimentou os presentes e foi solicitada a explanar sobre seus relatórios. A gestora disse que enviou dois relatórios sendo o PDG e a programação orçamentária para o exercício 2018; ela informou que o seu departamento vem apontando para a Diretoria a questão das receitas, necessidade de a receita operacional girar. Ela disse também que tem tratado a questão das provisões que estão destoando

desequilibrando as despesas, pois se a Empresa estivesse no processo normal de realização das despesas, haveria hoje, provavelmente, um cenário econômico financeiro negativo. Além disso, ela disse que o DEPLA tenta mostrar para a Diretoria a necessidade de a licitação de investimento acontecer, pois se esse cenário não evoluir, poderá comprometer o orçamento de 2018. Segundo ela, em face dos imbróglis internos, o Ministério Público foi envolvido na questão. Quanto aos investimentos de materiais e de tecnologia, a previsão é de que sejam realizados até o mês de julho. Em relação ao orçamento para 2018, o mesmo encontra-se em tramitação no Conselho de Administração. Quanto aos resultados, ela prevê que a Empresa terá lucros. Sobre as receitas, os Conselheiros destacaram que sempre que a Empresa tem um aporte financeiro, é oriundo de uma concessão. Sobre as provisões, ela trouxe ao conhecimento do colegiado que as de contingência trabalhista tem lançamento de cerca de R\$ 1.100 milhão, bem próxima da realidade; a liquidação de devedores duvidosos (inadimplência) encontra-se no limite; para o orçamento 2018 os valores foram acrescidos em função do possível cancelamento do contrato com a empresa Via Magna. O Colegiado reiterou a recomendação de que as áreas jurídica e contábil devem estar alinhadas, no sentido de ter uma provisão muito próxima da realidade. Os conselheiros sugeriram que a Empresa tenha um núcleo estratégico para se pensar nessa questão de alinhar os entendimentos das áreas para se evitar surpresas de fatos externos que tem influenciado bastante nas contas. Outra questão abordada com a gestora foi a das unidades do interior que apresentam resultados ruins e algumas são recorrentes como Governador Valadares. Os Conselheiros já sugeriram em atas anteriores que fosse feito um estudo de viabilidades dessas unidades “deficitárias”. Quanto a isso, a gestora sugeriu que eles conversassem com a Diretoria para entender melhor a situação, pois eles estariam atentos a essa questão. Convidado a participar, o senhor Juliano Maquiavelli Cardoso, Diretor Financeiro, se colocou à disposição e esclareceu as dúvidas dos Conselheiros quanto às unidades do interior, cuja intenção é se desfazer daquelas que não dão retorno e estão localizadas em regiões não produtoras; e quanto a não realização do investimento na unidade de Uberlândia, problema ao qual ele associou à burocracia interna. O Diretor aproveitou para esclarecer algumas situações relacionadas ao convenio firmado entre CeasaMinas e Estado, no que se refere ao MLP.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O gestor da AUDIN, senhor Carlos Cássio se apresentou, cumprimentou os presentes e em seguida, passou a discorrer sobre os relatórios apresentados. **Relatório 14/17:** Inventário do Ativo Imobilizado 2016 – Constatações das comissões de inventário acerca de falta de identificação (plaqueta de patrimônio), remanejamento de itens entre as áreas, falta de critérios. O Colegiado entende que as recomendações da Auditoria devem ser seguidas; **Relatório 15/17:** Relatório extraordinário solicitado pelo Gabinete da Presidência referente à licitação de obras de acessibilidade em Uberlândia, que gerou Processo Administrativo Disciplinar – PAD envolvendo alguns empregados. Tal processo gerou discussões internas em torno da inexecutabilidade do processo e em relação aos valores apresentados bastantes destoantes da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi. A Auditoria Interna recomenda que seja feito o levantamento de provas para a abertura de um PAD e que a situação deverá ser bem esclarecida com a apresentação pela empresa vencedora do certame de planilhas detalhadas sobre a execução da obra. Os Conselheiros corroboram a recomendação da auditoria no sentido de que haja maior transparência nesse processo, por meio de apresentação de provas numéricas e documentais, tanto por parte da CeasaMinas, quanto por parte da empresa vencedora, que justifiquem a diferença de valores. **Relatório 16/17:** Posição de saldo médio, disponibilidade financeira e liquidez - Sem recomendações ou observações. **Relatório 17/17:** Processos 04 e 05/2017 – apontamentos de falhas cotidianas como falta de assinaturas, adjudicação de objeto, dentre outras, as quais já tiveram as correções providenciadas.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: A ata da 3ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: A ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS. 1)** Departamento Jurídico - DEJUR: O senhor Ricardo Ferreira do Prado, novo gestor do DEJUR se apresentou ao Colegiado, colocando-se à disposição dos Conselheiros. O Colegiado demonstrou ao gestor a sua preocupação com a questão das provisões financeiras para as contingências judiciais e com os riscos de a Empresa ter a necessidade de um desembolso financeiro muito alto, por uma questão não provisionada, e conseqüentemente ter prejuízos maiores; O Colegiado falou também da necessidade da apresentação das planilhas das ações judiciais conforme feito anteriormente. O senhor Ricardo entendeu a preocupação e se comprometeu a apresentar essas planilhas na próxima reunião, inclusive, apresentou um novo formato desses documentos que foi aprovado pelos Conselheiros. Perguntado sobre a licitação para a obra de acessibilidade em Uberlândia, o senhor Ricardo disse que entende que a extinção do certame e abertura de um novo processo licitatório seriam providências mais adequadas, pois, segundo ele, os riscos da sequência do processo atual são muito grandes. **2)** Pendências para a próxima reunião: **a)** Planilhas de ações trabalhistas com as atualizações de valores e andamentos; **b)** Planilhas de ações cíveis nos mesmos moldes da planilha trabalhista (DEJUR). A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 14/07/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 200ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 14 DO MES DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Ao décimo quarto dia do mês de Julho de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 200ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Maio/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS. a)** Foram apresentadas apenas as ações trabalhistas e, ainda assim com valores desatualizados. O gestor do Departamento Jurídico da CeasaMinas, Ricardo Ferreira, convidado pelo Colegiado, explicou que houve uma confusão na recepção de e-mails da convocatória e do Gabinete da Presidência o que teria acarretado no entendimento equivocado da solicitação e garantiu que na próxima reunião as planilhas estariam disponíveis e mais próxima da realidade. O senhor Ricardo ainda informou aos Conselheiros que a Empresa perdeu uma ação para o Sindicato dos Engenheiros com valor de causa em torno de R\$ 1.400 milhão.

Analisando as planilhas, o Colegiado observou que o valor da causa lançado na relação era de R\$ 50 mil, muito aquém do valor sentenciado, e demonstrou novamente sua preocupação pela falta de sintonia entre o jurídico e o financeiro da Empresa, quanto ao provisionamento desses valores. Quanto ao fato o gestor esclareceu que os valores são calculados por peritos e que a Empresa não dispõe de um profissional qualificado e capacitado para análise dos valores judiciais, e que apesar de a CeasaMinas ter contrato com empresa especializada, necessita de ações para capacitação de colaboradores nesse sentido. Os Conselheiros recomendaram que a Empresa faça o levantamento dessa necessidade de capacitação a fim de se evitar futuros e maiores constrangimentos; eles observaram ainda a necessidade de uma revisão das classificações das ações quanto a PROVÁVEL, POSSÍVEL e REMOTA, pois no entendimento do Colegiado, ainda há dúvidas e insegurança nessa questão. O senhor Ricardo disse que providenciará essa revisão o quanto antes.

3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À ABRIL/2017. O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Conforme as demonstrações apresentadas, a Empresa apresentou um lucro acumulado em torno de R\$ R\$ 1.600 milhão e no período analisado, R\$ 651 mil. Segundo o gestor, esses números devem sofrer redução no mês de Junho em função da constituição de provisão para perdas e apuração de impostos face ao encerramento de trimestre. O Conselho solicitou ao senhor Názio que explicasse a rubrica Reserva Legal. Ele esclareceu a Reserva Legal é obrigatória até o limite de 30% do Patrimônio Líquido e sua destinação é para aumentar capital ou compensar possíveis prejuízos. Ele informou ainda que a Reserva de Expansão compreende os lucros de exercícios anteriores que a AGO delibera para ficar disponível, até três anos, para serem aplicados em investimentos; quando aplicados aumenta-se o capital com esses recursos. Segundo o gestor, esses investimentos teriam acompanhamento do Conselho de Administração. As unidades do interior mantiveram o ritmo dos períodos anteriores. Quanto à inadimplência, os valores estão equiparados ao do exercício anterior; os Conselheiros observaram que, de maneira geral a inadimplência continua crescendo apesar de as especificidades como TU e RDC terem sofrido redução. Foi esclarecido que o número reflete o aumento das ações judiciais dos inadimplentes. O senhor Názio esclareceu as dúvidas do Colegiado quanto ao relatório de Mapeamento de Riscos; quanto ao relatório denominado “Demonstrativo do Acompanhamento do Resultado Primário”, o senhor Názio informou que sua apresentação obedece orientações do Tesouro Nacional. Os Conselheiros, visto que a Empresa não apresenta Resultado Primário, sugeriu a alteração da denominação para Lucro Líquido, passando o relatório a ter o título “Demonstrativo do Acompanhamento do Lucro Líquido” ou que fosse verificado a necessidade de apresentação do aludido relatório. As certidões foram analisadas não foram feitas observações.

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – ABRIL/2017. A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso disse que no período em análise não houve alterações significativas e que merecessem destaque. Segundo ela o que continua destoando da normalidade são as rubricas de provisão para perdas no que destacou uma ação judicial contra a CeasaMinas movida e vencida pelo Sindicato dos Engenheiros. No mais ela demonstrou sua preocupação com a falta de realização dos investimentos previstos, principalmente no que tange à execução da obra na unidade de Uberlândia, no que, houve a concordância dos Conselheiros, que preveem a extinção do processo relativo a essa obra e instalação de uma nova licitação, conforme a fala do gestor do Departamento Jurídico na reunião anterior. E, diante desse fato, o Colegiado entende que esse investimento talvez não ocorra dentro desse exercício. Os conselheiros perguntaram se a Empresa tem uma estimativa de perda financeira pela não realização da obra e, diante da resposta negativa, sugeriram que talvez fosse interessante esse estudo, do ponto de vista administrativo.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O representante da AUDIN, senhor José Cupertino se apresentou, cumprimentou os presentes e em seguida, passou a

discorrer sobre os relatórios de auditoria. **Relatório 18/17:** Orçamento – a Auditoria recomendou que houvesse por parte do Departamento de Planejamento, um monitoramento constante das metas estabelecidas visando a conciliação das despesas e receitas; foi recomendado ainda a elaboração de um Plano Estratégico e a busca de uma solução tecnológica para agilização e acompanhamento do orçamento da Empresa. Os conselheiros ressaltaram a importância do planejamento dentro da Empresa e referendaram as recomendações da Auditoria Interna. **Relatório 19/17:** O relatório foi explicado pelo senhor Cupertino e não foram feitas observações relevantes. **Relatório 20/17:** O relatório analisado e não foram feitas observações relevantes. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** As atas da 4ª Reunião Extraordinária e 365ª Reunião Ordinária da Direx foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** A ata da 237ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** **1)** Planejamento Estratégico: O Conselheiro Hilton solicitou que fosse encaminhada ao Colegiado uma cópia do Planejamento Estratégico da Empresa. **2)** Pendências para a próxima reunião: **a)** Planilhas de ações trabalhistas com as atualizações de valores e andamentos; **b)** Planilhas de ações cíveis nos mesmos moldes da planilha trabalhista (DEJUR). A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 16/08/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 201ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 16
DO MES DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

Ao décimo sexto dia do mês de Julho de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 201ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, que analisou as atividades do mês de Junho/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** **a)** As planilhas referentes às ações judiciais (trabalhista e cível) não foram apresentadas em tempo hábil e, portanto, não foram analisadas. O Colegiado reiterou a necessidade de apresentação dessas planilhas para análise, principalmente, no que tange ao provisionamento de recursos financeiros, pois a falta de provisão é temerária. **b)** Quanto ao Planejamento Estratégico, a senhora Rosinéia esclareceu que não existe um planejamento vigente desde 2015 por deliberação da Diretoria. **3. ANÁLISE FINANCEIRA**

REFERENTE À JUNHO/2017. O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, se apresentou, colocando-se à disposição do Colegiado. Segundo o gestor, a provisão de R\$ 800 mil, por decisão da Diretoria, referente a uma demanda judicial dos engenheiros da CeasaMinas, causou impacto no resultado do período analisado; Além dessa provisão houve também o dispêndio de cerca de R\$ 500 mil referente à tributação do trimestre. Entretanto, foi observada uma evolução na receita em cerca de 9% (nove por cento). Em relação à metodologia de apuração do Resultado Primário, os Conselheiros orientaram ao gestor entrar em contato com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e solicitar informações sobre tal metodologia tendo em vista o que dispõe o Decreto 8.933, de 16/12/2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Colegiado ressaltou a obrigatoriedade de apresentação desse resultado e observou a disparidade entre a meta estabelecida pelo Decreto e os números apresentados normalmente pela CeasaMinas. Em relação às unidades do interior, foi observado que apenas Barbacena apresentou resultado negativo. As certidões foram analisadas não foram feitas observações.

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – JUNHO/2017. A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso, se apresentou e discorreu sobre seus relatórios. Ela informou ao Colegiado que no período analisado houve um recuo no lucro em função do pagamento de impostos, corroborando a fala do gestor da Contabilidade, mas que, apesar disso, a expectativa ainda é de resultado positivo ao final do exercício. Quanto aos investimentos, foi observada a questão da obra prevista para a unidade de Uberlândia, que não evoluiu; conforme resposta da SEST à uma consulta feita pelo seu departamento, se não for realizado tal investimento, a verba não poderá ser utilizada no próximo exercício, sinalizando prejuízo iminente. O Conselho reiterou sua preocupação com a situação e orientou que a Empresa, por meio de sua Diretoria, se posicionasse a respeito, pois apesar de haver tempo hábil para um novo processo licitatório, talvez não seja suficiente para se realizar o investimento e execução da obra ainda nesse exercício. No que tange às provisões, os Conselheiros perguntaram à gestora como ela conseguia realizar o planejamento sem o provisionamento de recursos adequado; ela respondeu que o seu departamento vem trabalhando com as informações repassadas pela Seção de Contabilidade. Entretanto, vai tentar realizar os ajustes necessários quando da execução da Reprogramação Orçamentária, prevista para meados de setembro, quando vai sentar-se com as áreas envolvidas e discutir o tema. Sobre a disponibilidade financeira, ela informou que o caixa dispõe atualmente de cerca de R\$ 5 milhões e que a previsão de lucro para o exercício, segundo o PDG é de cerca de R\$ 400 mil.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O representante da AUDIN, senhor Carlos Cássio não pode comparecer, e se apresentaram os auditores Jeane e Marcus Vinícius que, cumprimentaram os presentes e passaram a discorrer sobre os relatórios de auditoria apresentados. Segundo os auditores, os **Relatórios 21/17 e 24/17** são relatórios cotidianos e apenas de caráter informativo sobre posição financeira da Empresa. **Relatório 22/17:** Sumário de recomendações da Auditoria e providências tomadas pelas áreas auditadas – Os Conselheiros questionaram sobre a auditoria realizada sobre obra na unidade de Uberlândia. Os auditores responderam que o relatório sobre essa matéria está em fase final e será apresentado na próxima reunião. **Relatório 23/17:** O relatório constatou falhas na conferência de documentos, mas no geral não houve restrições de procedimentos. Eles se ativeram ao item 1.6 onde foi constatada a antecipação de pagamento de contrato sem a devida previsão no respectivo edital de licitação. As recomendações constantes dos relatórios foram corroboradas pelo Conselho Fiscal. Os Conselheiros solicitaram informações sobre providências relativas aos apontamentos feitos pela Auditoria Interna no **Relatório 08/17** referente ao Pregão 10/2017 para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de crachás de PVC, apresentado ao Colegiado na 197ª Reunião Ordinária realizada em 20/04/2017, quanto a elaboração de **Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira** que, levou à conclusão que esse novo

modelo de confecção dos crachás fosse mais vantajoso economicamente para a Empresa. Os auditores presentes disseram que, esse estudo foi elaborado, mas ainda não foi apresentado à Auditoria Interna da CeasaMinas. Os Conselheiros solicitaram que esse estudo seja apresentado, se possível, na próxima reunião. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** As atas da 5ª Reunião Extraordinária e 366ª Reunião Ordinária da Direx foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** A ata da 238ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** Os conselheiros recomendaram que a Empresa tomasse conhecimento da IN 05, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que trata de alterações nos processos de aquisições. **Pendências para a próxima reunião:** **a)** Planilhas de ações trabalhistas com as atualizações de valores e andamentos; **b)** Planilhas de ações cíveis nos mesmos moldes da planilha trabalhista (**DEJUR**), ressaltando que o Conselho Fiscal já notificou a Diretoria da CeasaMinas sobre a necessidade da apresentação adequada da documentação, conforme *ofícios 01/2017 e 02/2017 de 17/02/2017 e 23/06/2017*, respectivamente. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 15/09/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 202ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 15
DO MES DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

Ao décimo quinto dia do mês de Setembro de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 202ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, que analisou as atividades do mês de Julho/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **2. ANÁLISE DE PENDÊNCIAS.** **a)** As planilhas referentes às ações judiciais foram apresentadas e analisadas. O Colegiado reiterou a necessidade de um “refinamento” desses documentos, principalmente em relação a valores de causa e de sentença, duplicidade de processos e processos extintos que constam das planilhas. Reiterou ainda a importância desses relatórios para a saúde financeira da empresa. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À JULHO/2017.** O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, apresentou os resultados: segundo as demonstrações, a Empresa apresentou um lucro de R\$ 400 mil no período em análise e um acumulado no ano em torno de R\$ 1.800 milhão. O gestor informou que houve um crescimento nas receitas em

torno de 15% e o lucro cresceu 400%, em relação ao mesmo período no ano anterior. Sobre a perda ocasionada pelo advento do incêndio, o senhor Názio informou que a receita terá uma queda em torno R\$ 48 mil mensais. Em relação às unidades do interior, foi observado que Barbacena manteve o cenário negativo em relação às demais. O gestor destacou a regularização de uma pendência financeira junto a Prefeitura de Contagem, por meio de um refinanciamento (REFIS) com perdão de juros e multas, e salientou que dessa negociação haverá um crédito em favor da CeasaMinas de R\$ 1.100 milhão. Ele informou que houve ainda uma denúncia espontânea sobre uma atividade que a Empresa entendia ser passível de tributação municipal e, aproveitando o REFIS, foi regularizado o período compreendido entre os anos de 2013 e 2017. Quanto ao Resultado Primário, foi apresentada planilha elaborada pela SEST referentes a meta estabelecida. As certidões foram analisadas sem observações. E, sobre a perspectiva do resultado final do exercício, o gestor esclareceu que a previsão inicial era de lucro em torno de R\$ 1.800 milhão, porem, com o advento do incêndio e as demandas financeiras inerentes à desocupação do terreno invadido, esse número sofrerá uma redução considerável.

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – JULHO/2017. A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso discorreu sobre seus relatórios. Foi observado que no período analisado não houveram alterações significativas em relação ao período anterior; quanto aos investimentos, apesar de não haver nenhuma alteração no planejamento, foi informada pela senhora Rosinéia que o presidente da CeasaMinas, senhor Gustavo Fonseca, afirmou em reunião que, diante da premente necessidade, a Empresa fará uma contratação emergencial para realização das obras na unidade de Uberlândia. Quanto às consequências do incêndio no Pavilhão G1, os Conselheiros demonstraram preocupação em relação às consequências financeiras, ao que a gestora informou que a Empresa fará consulta à SEST vislumbrando alternativas para a reconstrução do pavilhão. Em relação à solicitação do CONFIS relativo ao Resultado Primário, segundo a gestora, houve um entendimento entre o seu departamento e a Seção de Contabilidade para adequação às normas da SEST. O Colegiado sugeriu um acompanhamento constante das metas definidas pelo Governo Federal. A gestora informou ainda que em Outubro será realizada a reprogramação do orçamento, ocasião em que serão feitas os devidos ajustes para equilibrar a relação Despesas x Receitas da Empresa.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O representante da AUDIN, senhor Carlos Cássio se apresentou e entregou para apreciação dos Conselheiros uma cópia do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira relativo à confecção de crachás, conforme fora solicitado em reunião anterior. Em relação aos relatórios de auditoria foram apresentadas as seguintes peças: **25/17** – Processo Licitatório da obra em Uberlândia em que, diante dos inúmeros problemas, foi recomendo o cancelamento do processo, arquivamento da sindicância e abertura de nova licitação; **26/2017** – Relatório complementar ao anterior com as mesmas orientações e recomendações; **27/2017** – Contratação de escritório jurídico para análise e diagnóstico dos Processos de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares da Empresa instaurados entre 2015 e 2016, que segundo a direção da Empresa, não apresentaram pareceres convincentes. Segundo o senhor Carlos Cássio, a diretoria encaminhará o caso também para análise da Comissão de

Combate à Corrupção da CGU; e finalmente a peça **28/2017** – Execução Orçamentária com recomendação de monitoração constante das metas estabelecidas e de informatização do orçamento e enfatizou a necessidade da realização de um Planejamento Estratégico na Empresa. As peças foram apreciadas e não houve nenhuma orientação ou observação relevante acerca dos temas analisados.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: A atas da 367ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: A ata da 239ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes.

ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 20/10/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 203ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 20
DO MES DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

Ao vigésimo dia do mês de Outubro de 2017, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 203ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, que analisou as atividades do mês de Agosto/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **a)** As planilhas referentes às ações judiciais foram apresentadas com atraso, mas foram analisadas. O Colegiado ressaltou o crescimento do número de ações trabalhistas e demonstrou sua preocupação com o provisionamento de recursos; **b)** Plano de Trabalho – O Colegiado, acatando exigência contida na Resolução CGPAR nº 07/2015, elaborou o seu Plano de Trabalho para a gestão 2017/2018 a saber: 1) *Acompanhamento da relação de devedores inadimplentes*; 2) *Acompanhamento das ações trabalhistas e cíveis que envolvem causas contra a empresa*; 3) *Acompanhamento de processos licitatórios*; 4) *Análise do programa de investimento da empresa*; 5) *Análise das demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras*. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À AGOSTO/2017.** O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, apresentou os resultados: segundo as demonstrações, a Empresa apresenta um lucro acumulado de cerca de R\$ 3 milhões no ano. Segundo ele, após a apuração dos tributos que ocorrerá no mês de Setembro, os números ficarão mais evidentes. Quanto às Certidões, o gestor informou que estavam todas regularizadas. Os Conselheiros questionaram o gestor sobre a ausência do Fluxo de Caixa nas demonstrações financeiras e ele esclareceu que a Empresa não faz uso dessa ferramenta no momento, mas que a intenção é sua implantação, o que não fora feito ainda em função da complexidade das contas da CeasaMinas. Foi observado que o Resultado Primário projetado está sendo revertido e que as provisões para contingências judiciais foram de R\$ 800 mil em agosto. O Colegiado observou que o relatório de inadimplência não fora enviado para análise nessa reunião, devendo ser colocado como pendência para a próxima pauta. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – AGOSTO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso discorreu sobre seus relatórios. Quanto aos investimentos, a gestora informou que a Empresa, diante da premente necessidade, fará uma contratação

emergencial para realização das obras na unidade de Uberlândia e reconstrução do Pavilhão G1; que o recurso atual será dividido em partes iguais para a referidas obras e que os recursos para a continuidade das obras já foram aprovadas pela SEST para o exercício 2018 no valor de R\$ 5 milhões. Sobre os resultados, ela ratificou as informações dadas pelo gestor da Contabilidade e que, apesar dos acontecimentos, a Empresa caminha em ritmo tranquilo. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O representante da AUDIN, senhor José Cupertino se apresentou e colocou-se a disposição para a análise dos relatórios encaminhados, a saber: **29/17** – Privatização – o presente relatório analisou a cláusula décima quinta dos contratos de concessão de uso que, segundo a auditoria, causaria prejuízos à CeasaMinas da forma como vem sendo realizadas as licitações. O Colegiado concordou com a argumentação da auditoria e corroborou suas recomendações; **30/2017** – Controles internos – dentre outros temas a auditoria se debruçou sobre a prestação de contas de viagens e adiantamentos (vales) a empregados, salientando o cumprimento das normas internas conforme rege a RD 022/2007. Os Conselheiros concordaram com as recomendações; **31/2017** – Processos Licitatórios – segundo a auditoria, o Pregão Eletrônico 22/2017 foi realizado dentro da normalidade, porem, instrução processual bastante complexa, visto que, inicialmente, não havia orçamento para sua realização. O Conselho demonstrou sua preocupação e orientou nos sentido de que haja mais atenção aos processos; e relatórios **32 e 33/2017** – Posição Financeira – as peças foram apreciadas e não houve nenhuma orientação ou observação relevante acerca dos temas analisados. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** A atas da 368ª Reunião Ordinária da Direx foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** A ata da 240ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 17/11/2017, conforme calendário de reuniões para 2017. Fica como pendência para a próxima reunião, a apresentação dos relatórios de inadimplência, não apresentados nessa data. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 204ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 17
DO MES DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

Ao décimo sétimo dia do mês de Novembro de 2017, a partir das 10:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 204ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, que analisou as atividades do mês de Setembro/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio

Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **Planilhas de Ações Judiciais:** As planilhas referentes às ações judiciais não foram apresentadas. O Colegiado ressaltou e demonstrou sua preocupação com a falta de informações sobre o provisionamento de recursos para as demandas judiciais, principalmente as demandas trabalhistas. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À SETEMBRO/2017.** O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, teve a presença solicitada, cumprimentou a todos e iniciou sua explanação dizendo que a Empresa encerrou o 3º trimestre com o lucro acumulado já esperado de cerca de R\$ 3 milhões. Quanto às unidades da CeasaMinas no interior do Estado, ele informou que o momento financeiro destas é bom, muito melhor que o mesmo período no exercício anterior, com exceção de Barbacena. O gestor informou ao Colegiado que a Diretoria sugeriu extraoficialmente que se fizesse uma provisão para a solução da questão da Via Magna. Questionado sobre um bloqueio nas contas realizado em Outubro, ele esclareceu ser referente à ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros, mas considera que o bloqueio é indevido em face de já ter sido feito um acordo entre as partes, inclusive já sendo pago. O gestor, por solicitação dos Conselheiros, explanou ainda sobre aplicações financeiras, e demonstrou sua preocupação com a lentidão no processo licitatório para contratação de Auditoria Independente, visto que é chegado o momento de análise das demonstrações financeiras do exercício No que tange às Certidões, o gestor informou que estavam todas regularizadas. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – SETEMBRO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso foi convidada e discorreu sobre seus relatórios, considerando que os resultados até o 3º trimestre foram muito bons. Sobre os investimentos, ela informou que até o momento não se teria uma formalização sobre os investimentos que deveriam ser realizados ainda nesse exercício, conforme fora citado na reunião anterior, que seriam de R\$ 500 mil para as obras de acessibilidade em um pavilhão na unidade em Uberlândia e o mesmo valor para início das obras de reconstrução do pavilhão G1, em Contagem. Porém, segundo ela, pelo seu departamento ainda não havia passado nenhuma solicitação pertinente ao tema. **Diretor Financeiro:** Durante a fala da senhora Rosinéia, pediu licença e adentrou o recinto, o senhor Juliano Cardoso, Diretor Financeiro da CeasaMinas, que teria sido convidado anteriormente a participar da reunião. Ele cumprimentou a todos e iniciou sua fala pela questão dos aludidos investimentos. Segundo o Diretor, as obras serão iniciadas ainda nesse ano e destacou que a obra de Uberlândia, no que tange a questão financeira, será efetuado o pagamento de uma entrada e as medições serão pagas mediante vistoria e aprovação do Corpo de Bombeiros daquele município. Sobre a questão da Via Magna o senhor Juliano informou que foi feita e aceita uma proposta de pagamento inicial de R\$ 1 milhão e o restante dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas. Questionado sobre a correção monetária incidente sobre o valor, o Diretor afirmou que a Empresa está “[...] acertando o incontroverso [...]” e que essa possibilidade não consta no contrato e a Via Magna terá que entrar na justiça para requerer isso. Quanto ao bloqueio efetuado em função da ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros, ele esclareceu se tratar da falta de recolhimento de encargos, que geralmente são recolhidos no mês subsequente ao pagamento dos proventos; o Diretor classificou o referido bloqueio como um ato de “má fé”, visto que o acordo já teria sido realizado e o primeiro pagamento já teria sido realizado. Perguntado sobre o valor bloqueado, ele informou que seria o valor do acordo mais a multa de 50%. Segundo ele, a Empresa vai contratar um Seguro contra Bloqueio a fim de se evitar futuros constrangimentos, pois além desse bloqueio em discussão, outros bloqueios vem acontecendo sistematicamente. O Diretor afirmou ainda que “[...] se a Empresa tivesse um Departamento Jurídico minimamente eficiente e proporcional aos problemas existentes na CeasaMinas, não perderia metade das ações

que são perdidas e, na sua maioria, ações absurdas [...]”. Em relação à grande demanda de ações trabalhistas movida nos últimos tempos contra a CeasaMinas, os Conselheiros questionaram sobre a possibilidade de se negociar um acordo entre as partes. Ele explicou que, atendendo a nova legislação trabalhista, deverá ser criada uma mesa de negociações. Porém, o Diretor foi enfático ao dizer que considera difícil qualquer tipo de acordo financeiro, pois inviabilizaria a Empresa e teria possivelmente, como consequência, a liquidação da mesma. Segundo o senhor Juliano, a Empresa está trabalhando com **caixa** porque o Departamento Jurídico da Empresa não consegue informar a provisão. O Colegiado questionou sobre a licitação para a contratação de Empresa de Auditoria Independente ao que o Diretor disse que a Comissão Permanente de Licitação foi “pressionada” e foi determinado um prazo para o encerramento do processo. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O representante da AUDIN, senhor José Cupertino se apresentou e colocou-se a disposição para a análise dos relatórios encaminhados, a saber: **34/17 – Movimentações Financeiras** – ressalta a redução nas contas de depósitos judiciais de agosto e setembro, porém com tendência a voltar a crescer em função das demandas trabalhistas crescentes; **35/2017 – Locação de Computadores (licitação)** – não foi apresentado Estudo de Viabilidade Técnica, conforme recomendações do TCU; além disso, a confusão nos documentos apresentados sugere uma possível sublocação dos equipamentos, pois no envelope apresentados constam nomes e CNPJ diferentes e foi recomendado ao fiscal do contrato a observância dessas anomalias. Os Conselheiros concordaram com as recomendações; **36/2017 – PAINT** – segundo a auditoria, o Plano Anual prevê retomada das visitas às unidades do interior e realização de cursos para atualização; o auditor relatou uma deficiência no quadro de colaboradores lotados na Auditoria, devido a ausência de um dos funcionários em função de licença não remunerada por motivos particulares; ressaltou porém, que já foi aprovada pela Presidência da Empresa, a contratação de um estagiário para auxiliar nos processos internos da AUDIN e, apesar de o processo encontrar-se parado na Diretoria Financeira, espera-se que essa pessoa seja contratada em breve; **NOTA TÉCNICA – Relatório 29/17 - Privatização** – foi solicitado à Seção de Cadastro um levantamento dos contratos de concessão nos quais constavam a cláusula (15ª) que possivelmente traria prejuízo à Empresa em caso de privatização da CeasaMinas e observou-se que são poucos os instrumentos que contem essa cláusula. Diante do questionamento do Conselho de Administração e utilizando as regras e regulamentos vigentes, o aludido relatório foi retificado. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** As atas das 369ª e 370ª Reuniões Ordinárias da Direx foram analisadas sem recomendações ou observações relevantes. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** A ata da 241ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi remanejada para o dia 21/12/2017, alterando o calendário de reuniões para 2017. Fica como pendência para a próxima reunião, a apresentação das planilhas de ações judiciais, não apresentadas nessa data. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS
ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 21
DO MES DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Dezembro de 2017, a partir das 10:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 205ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, que analisou as atividades do mês de Outubro/2017, os Conselheiros: Daniel Lopes Amaral e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Hilton Ferreira dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. **1. ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. **Planilhas de Ações Judiciais** - As planilhas referentes às ações judiciais não foram apresentadas novamente. O Colegiado demonstrou sua insatisfação com o não atendimento à sua solicitação, mas principalmente, sua preocupação pela ausência de informações sobre demandas judiciais contrárias à Empresa, principalmente as demandas trabalhistas, que vem crescendo sistematicamente e o provisionamento de recursos pertinentes a elas. O Conselho Fiscal solicita que a Diretoria Executiva atue junto ao Departamento Jurídico no sentido de que essa documentação seja apresentada na próxima reunião do Colegiado. Fica ainda registrada a convocação do gestor do Departamento Jurídico para participar da próxima reunião. **Relatório de Inadimplência:** O referido documento só foi apresentado ao final da reunião, não tendo sido possível sua análise. **Calendário de Reuniões 2018** - Os Conselheiros, após discussão e análise do calendário da CeasaMinas, definiu o cronograma de reuniões do Colegiado para o exercício 2018, a saber: 26/01, 23/02, 23/03, 27/04, 25/05, 22/06, 27/07, 24/08, 21/09, 26/10, 23/11 e 15/12. **3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À OUTUBRO/2017.** O senhor Názio Veloso, gestor da Seção de Contabilidade, não pode comparecer por motivo de gozo de férias e não enviou representante. Os Conselheiros então solicitaram a presença do gestor interino do Departamento Financeiro e da gestora, também interina, da Seção de Contabilidade para as ponderações sobre o cenário financeiro e econômico da Empresa. Eles informaram que segundo os números apontam, a saúde financeira da CeasaMinas está equilibrada e controlada. No que tange às Certidões, os representantes informaram que estavam todas regulares. Quanto aos questionamentos feitos pelos Conselheiros sobre Resultado Primário, eles não preferiram não se manifestar por desconhecimento do tema. Os Conselheiros ressaltaram a importância de que, em caso de ausência do gestor, seja enviado um representante capacitado a atender o Colegiado. **4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – OUTUBRO/2017.** A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhora Rosinéia Veloso, juntamente com o senhor Plínio Gonzaga discorreram sobre seus relatórios. Sobre os investimentos, eles informaram que as obras na unidade de Uberlândia foram iniciadas e tem um prazo de até 240 dias para sua conclusão, sendo o valor da mesma de R\$ 970 mil. A gestora informou ainda que não haverá pagamento em 2017, impactando o orçamento de 2018, para o que, segundo ela, a Empresa deveria ter uma atenção especial. Ela declarou ainda que o PDG está equilibrado e dentro do programado, à exceção dos lançamentos de provisão que não há como estimar. Sobre a diferença “abrupta” vislumbrada no Lucro Líquido de Outubro em relação a Agosto, os representantes da Empresa informaram que no período houve um dispêndio maior de recursos para pagamento dos serviços de limpeza da área da invasão, a pouco desocupada, além de uma pequena queda na receita e recuperação de despesas com pessoal. Sobre o Resultado Primário, a senhorita Rosinéia declarou ainda não entender a

metodologia utilizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST para as metas estipuladas. Os conselheiros sugeriram um aprofundamento nessa questão junto aos técnicos da referida secretaria. **5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN.** O representante da AUDIN, senhor Carlos Cássio se apresentou e colocou-se a disposição para a análise dos relatórios encaminhados, a saber: **37/17** – Sumário das Atividades de Auditoria – apresenta uma síntese das atividades da auditoria durante o exercício de 2017; **38/2017** – Auditoria na Seção de Compras – foi observado que as aquisições não estão obedecendo as resoluções de diretoria e normas internas, estando procedendo de acordo com orientações definidas informalmente pela Diretoria Financeira. A Auditoria recomenda que as resoluções de diretoria sejam atualizadas e que as orientações atuais sejam normatizadas. Além disso, foram observadas falhas na aquisição de passagens aéreas por parte da empresa contratada; foi declarado pelo Departamento Administrativo que o fornecedor já teria sido notificado, mas a Auditoria não teve acesso a essa documentação. Os Conselheiros concordaram com as recomendações; **39/2017** – CGU – segundo a auditoria, o aludido relatório traz um resumo de todas as deliberações do Conselho de Administração e as medidas administrativas, em atendimento a solicitação da Controladoria Geral da União. Segundo o gestor, essas informações servirão como ferramentas de análise para o Programa de Integridade da Empresa, ainda não implantado na CeasaMinas. **6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX:** Não foi apresentada nenhuma ata. **7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD:** A ata da 242ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração foi analisada sem recomendações ou observações relevantes. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A data da próxima reunião do Conselho Fiscal, conforme calendário definido no início da reunião foi agendada para o dia 26/01/2018.

O Colegiado reitera as pendências para a próxima reunião, a apresentação das planilhas de ações judiciais, não apresentadas nessa data. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

SÉRGIO FURLANETTI CONEZA
Conselheiro - Presidente

DANIEL LOPES AMARAL
Conselheiro

HILTON FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

DAVID WEEL FERREIRA
Secretário

4 - AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA ENTIDADE

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES – 2017



RELATÓRIO DE OUVIDORIA

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE ATIVIDADES

Contagem – Minas Gerais

Janeiro/2018

SUMÁRIO

Apresentação	3
Modalidade	4
Formas de Contato	5
Grupos de Assuntos	6
Tipos de Usuários	7
Prazos de Respostas	8
Conclusão	10

Apresentação.

Apresentamos, conforme solicitação da Auditoria Interna da CeasaMinas o Relatório anual de Ouvidoria com a descrição e análise das movimentações e atividades realizadas durante o exercício 2017.

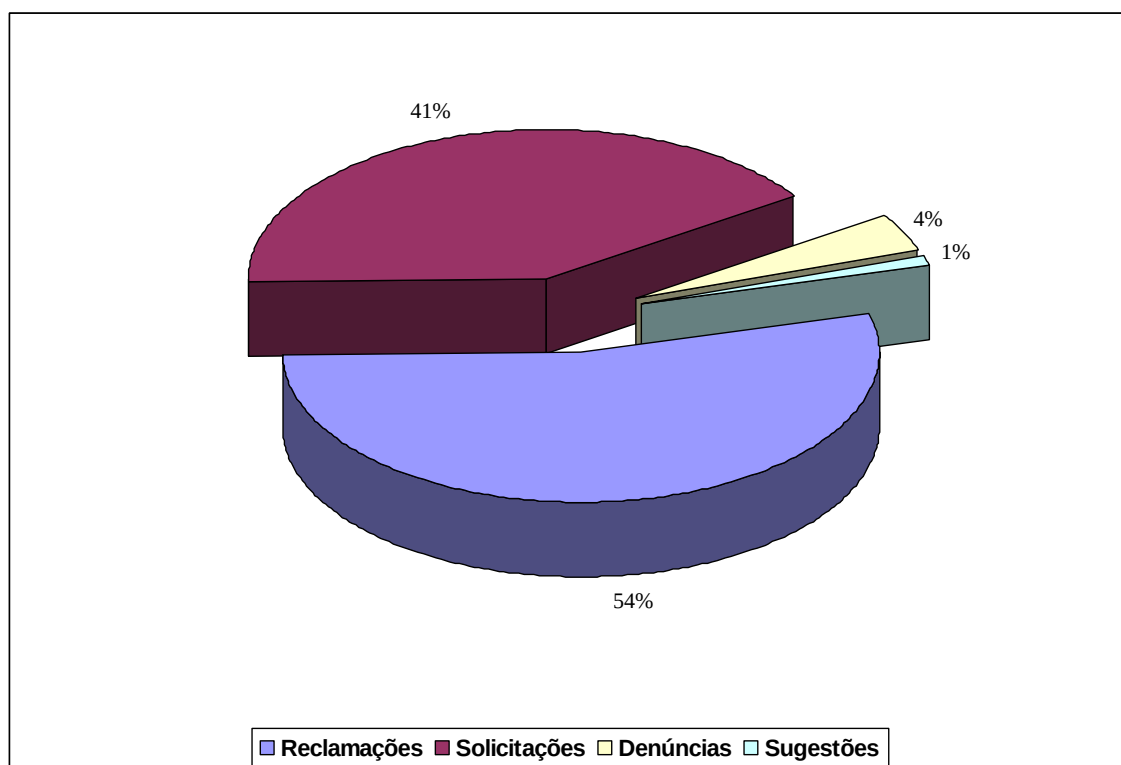
Em fevereiro de 2017, aderimos ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), que foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União e é utilizado por diversos órgãos e entidades para recebimento de manifestações.

Os resultados são demonstrados por meio de gráficos gerados pelo Banco de Dados de Ouvidoria, onde são registradas as manifestações.

Modalidade.

No ano de 2017 foram recebidas 93 (noventa e três) manifestações, distribuídas entre as modalidades: Sugestões, Denúncias, Reclamações, Elogios e Solicitações. A maior parte das manifestações nesse exercício foi relativa às Reclamações, que foram expressivas no período com 54% (cinquenta e quatro por cento) do total de manifestações; seguido pelas Solicitações que perfizeram 41% (quarenta e um por cento) do total; Denúncias que perfizeram 4% (quatro por cento); Sugestões perfizeram 1% (um por cento).

Gráfico1

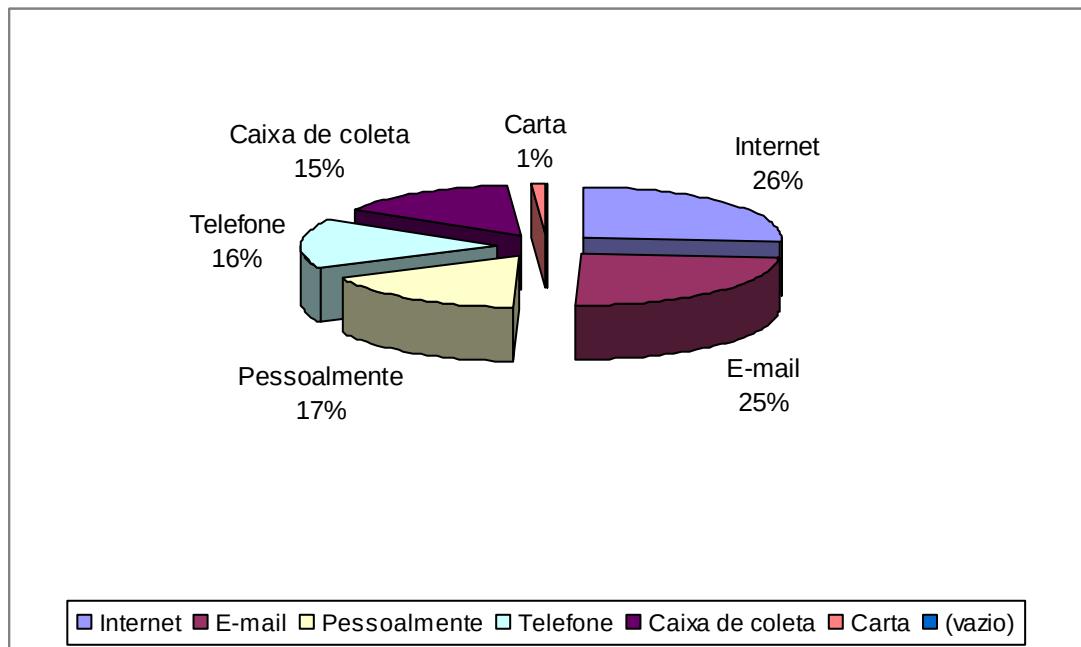


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

Formas de Contato.

O atendimento da Ouvidoria é realizado por meio de telefone, fax, e-mail, internet, caixa de coleta, carta e pessoalmente sobre questões para as quais as áreas específicas não atentaram, negocia soluções com essas pessoas e dá encaminhamento às soluções, sendo que cada caso tem uma conclusão, relatório e arquivamento.

Gráfico 2



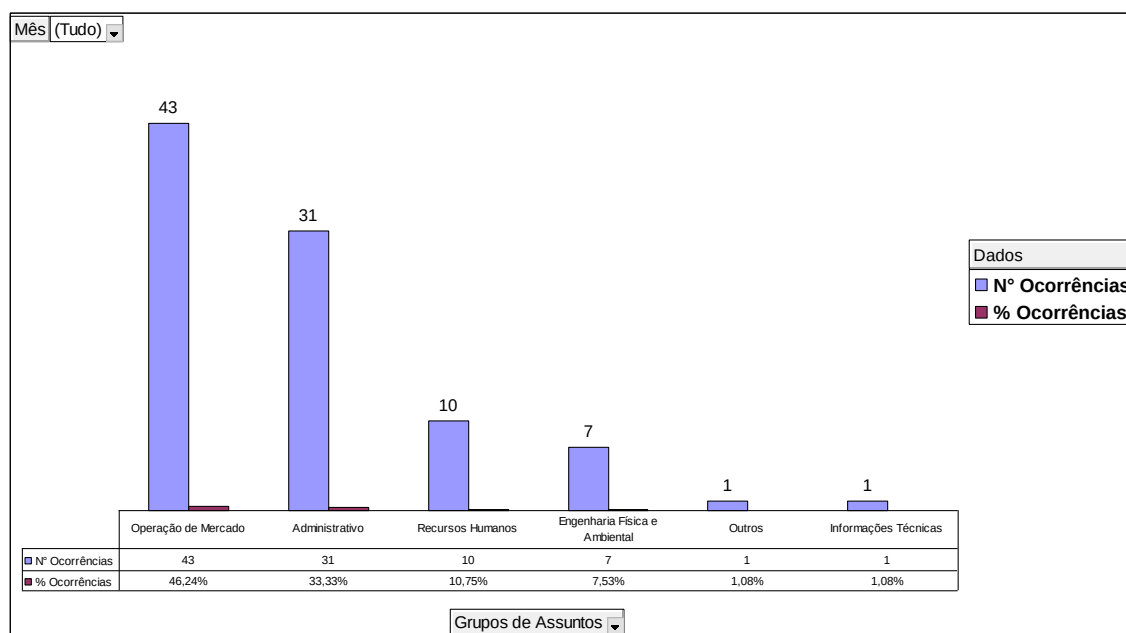
Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

O gráfico 2 demonstra que em 2017, a maioria das manifestações foi enviado por meio da internet, representando 26% (vinte e seis por cento) do total. Observamos que após adesão ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) houve aumento no número de demandas registradas pela internet através deste canal.

Grupo de Assuntos.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são divididas em grupos específicos classificados por assuntos. Os grupos de assuntos estão classificados de acordo com a pertinência temática da competência de cada setor da CeasaMinas.

Gráfico 3



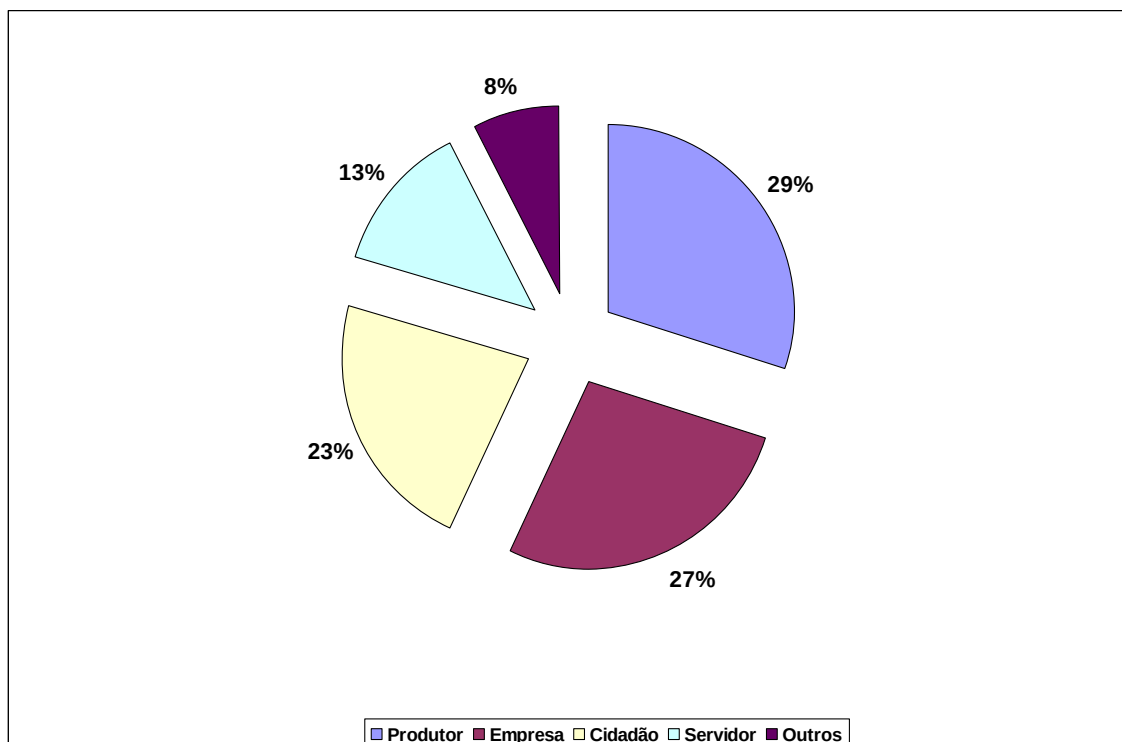
Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

O gráfico 3 demonstra que em 2017 a maioria das manifestações recebidas, 46,24% (quarenta e seis vírgula vinte e quatro por cento), foram pertinentes ao Grupo de Assuntos denominado OPERAÇÃO DE MERCADO. O Grupo ENGENHARIA FISICA E AMBIENTAL representou apenas 7,53% (sete vírgula cinquenta e três por cento) do total de manifestações.

Tipos de Usuários

O usuário da Ouvidoria também tem a sua classificação e conseqüente análise sobre sua atuação conforme a seguir:

Gráfico 4



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

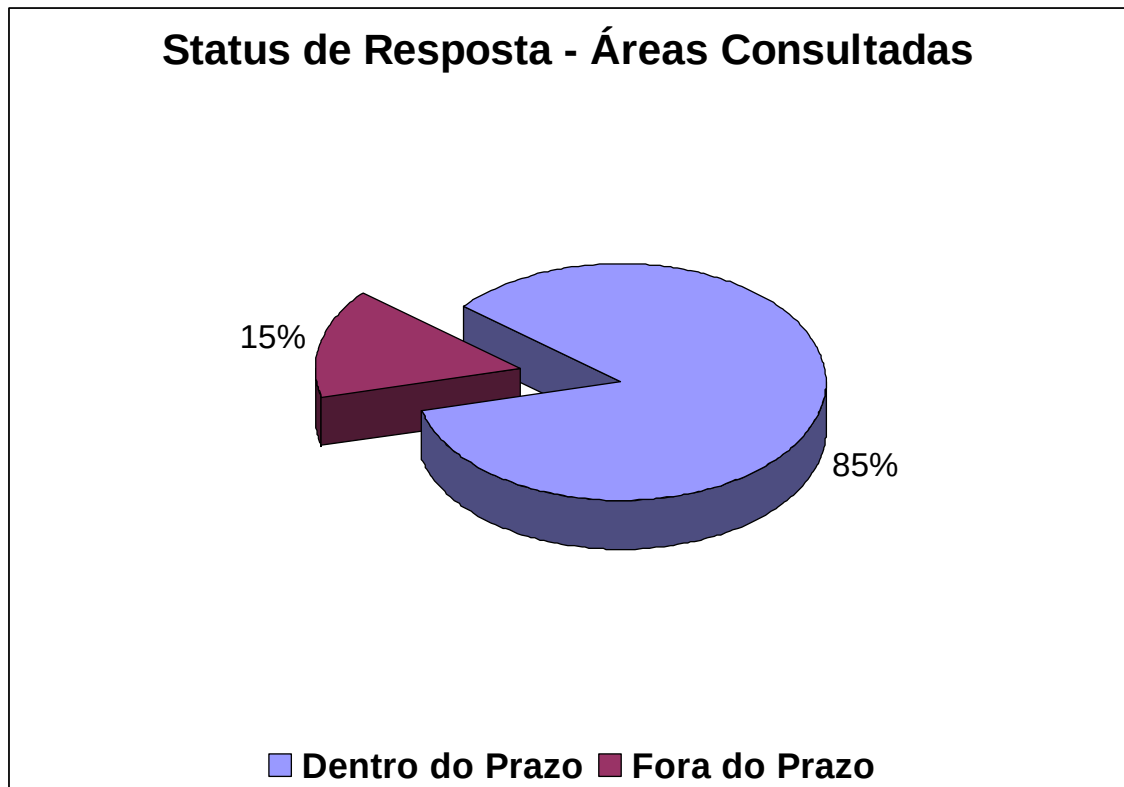
O gráfico 4 mostra o perfil do usuário que demandou atendimento da Ouvidoria da CeasaMinas em 2017, sendo o grupo Produtor com 29% (vinte e nove por cento), o grupo Servidor com 13% (treze por cento) e o grupo Empresa com 27% (vinte e sete por cento).

Prazos de Resposta.

O prazo de resposta do setor consultado é de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que justificado, e que o prazo de resposta ao ouvinte é de 07 dias úteis, sendo que todos os prazos são contados a partir da data de encaminhamento da manifestação à área competente.

Áreas Consultadas.

Gráfico 5

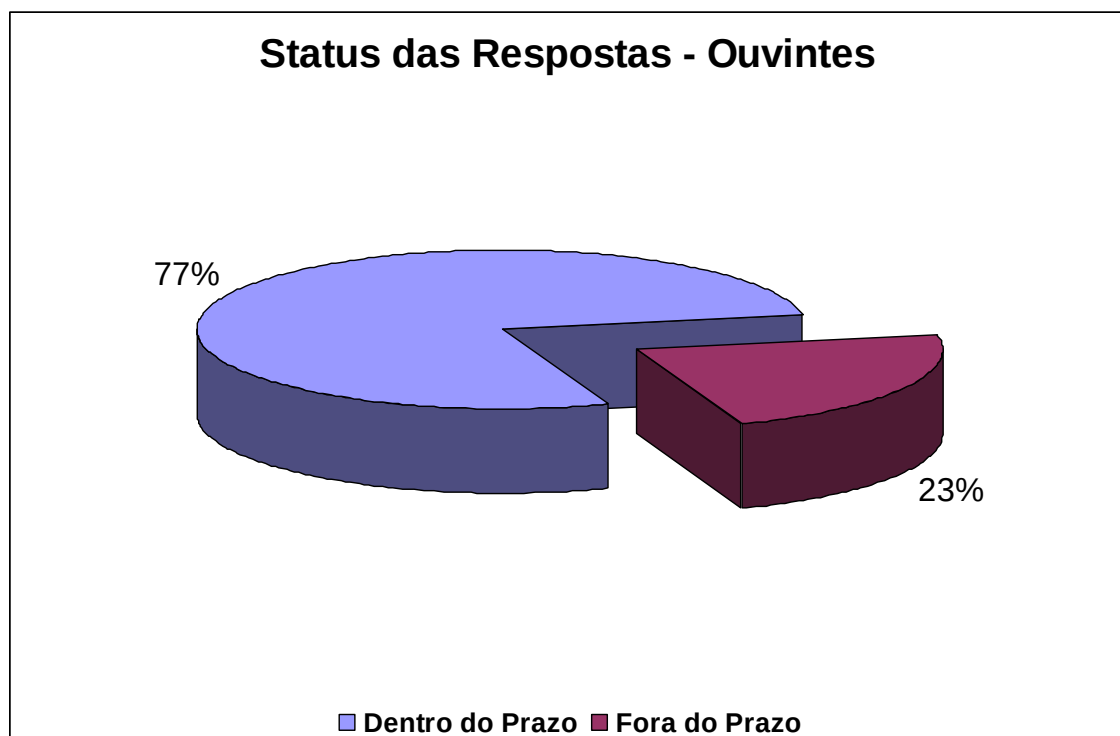


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

O gráfico 05 demonstra que 85% (oitenta e cinco por cento) das demandas foram respondidos pelas áreas consultadas dentro do prazo. As demandas não atendidas no prazo determinado se devem, em grande parte pela ausência do responsável pelo setor, seja por motivo de viagens ou de férias.

Ouvidoria / Ouvintes.

Gráfico 6



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2017)

À proporção de 77% (setenta e oito por cento) do total de manifestações, respondidas dentro do prazo, a Ouvidoria conseguiu atender ao manifestante a contento, não obstante os atrasos cometidos pelas áreas consultadas.

Conclusão.

No exercício das funções institucionais da Ouvidoria da CeasaMinas, no aludido período, pudemos observar que, houve um discreto aumento no número de demandas encaminhadas a esse órgão. Observamos ainda mudanças na forma de contato, que em 2016 a maioria das manifestações foi registrada através de e-mail, e no exercício 2017, a internet, através do e-Ouv foi a forma de contato mais usada pelos usuários desta Ouvidoria.

Vale ressaltar que esta Ouvidoria tem trabalhado no intuito de agregar valor às demandas apresentadas, visando melhorar a sua visibilidade perante os públicos interno e externos da CeasaMinas.

Essa foi, portanto, a descrição analítica sucinta das atividades da Ouvidoria no ano de 2017.

Arlene Barros Vilela

Ouvidora - CeasaMinas

5 - RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.

5.1 - DEPARTAMENTO TÉCNICO - DETEC

Apresentamos, a seguir, as informações relativas aos resultados operacionais da CeasaMinas em 2016, para subsidiar relatório de atividades da Auditoria interna – RAINT

Oferta Global no Complexo CeasaMinas

OFERTA GERAL AO COMPLEXO CEASAMINAS (Kg)

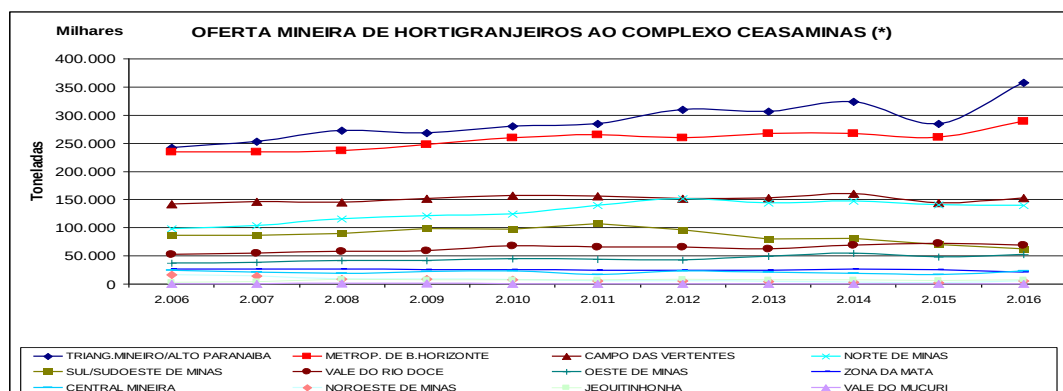
UNIDADE ATACADISTA	A N O S		VARIAÇÃO %
	2.015	2.016	
CEASA-MG UNIDADE GRANDE BH	1.949.573.275	2.061.992.306	5,77
CEASA-MG UNIDADE UBERLANDIA	232.880.375	236.467.185	1,54
CEASA-MG UNIDADE UBERABA	127.309.820	92.894.758	-27,03
CEASA-MG UNIDADE JUIZ DE FORA(*)	74.533.891	76.033.221	2,01
CEASA-MG UNID CARATINGA	54.041.880	53.961.075	-0,15
CEASA-MG UNIDADE GOV.VALADARES	37.938.492	35.654.466	-6,02
CEASA-MG UNIDADE BARBACENA(*)	18.176.234	21.097.773	16,07
TOTAL GERAL	2.494.453.967	2.542.391.081	1,92

Fonte: Secim/Detec

Elaboração: Seest/Detec

Em 2016, foram ofertados 2.542.391.081 kilogramas de produtos no âmbito dos seis entrepostos da CeasaMinas. O volume foi 1,92% maior que o verificado em 2015.

Oferta Global no Complexo CeasaMinas, por mesorregião



CEASAMINAS
PREÇOS MÉDIOS POR GRUPO, SUBGRUPO E SETOR DE
PRODUTOS (R\$)

GRUPO / SUBGRUPO/SETOR	2015	2016	VARIAÇÃO %
OLERÍCOLAS	1,72	1,98	15,1
FOLHA-FLOR-HASTE	1,29	1,43	10,9
FRUTO	1,51	1,61	6,6
RAIZ-BULBO-TUBÉRC.-RIZOMA	1,93	2,32	20,2
FRUTÍCOLAS	1,84	2,30	25,0
BRASILEIRAS	1,50	1,66	10,7
IMPORTADAS	5,10	5,24	2,7
AVES E OVOS	3,16	3,83	21,2
HORTIGRANJEIROS	1,82	2,19	20,3
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2,66	3,15	18,4
ALIMENTÍCIOS	2,54	3,08	21,3
NÃO ALIMENTÍCIOS	3,07	3,37	9,8
CEREAIS	1,85	2,80	51,4
MÉDIA	2,01	2,41	19,9

Fonte: SEEST/DETEC/CEASAMINAS

Desempenho financeiro dos MLPs administrados pela CeasaMinas – 2006 a 2016

O Convênio entre a Seapa/MG e a CeasaMinas, concedendo a gestão financeira e operacional dos MLPs para o segundo iniciou-se em 2000.

Gestor Departamento Técnico - DETEC Tarcísio Fernandes Caetano da Silva

A) Seção de Agroqualidade

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO 2017

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

EVENTOS:

- 1º Encontro de Produtores de Hortaliças da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Data: 26 de julho de 2017

Local: CeasaMinas Contagem – Auditório da Minasbolsa

Participantes: Técnicos da Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas; da CeasaMinas, representantes de instituições públicas e privadas e produtores rurais

Objetivo: Divulgar novas tecnologias de produção de hortaliças e prospecção de demandas dos produtores de hortaliças.

Realização: Parceria entre CeasaMinas e Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas

- Encontro Técnico sobre a Cultura do Milho Verde

Data: 28/12/17

Local: CeasaMinas Contagem-Auditório da Minasbolsa

Participantes: Pesquisadores Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas; técnicos da Agroqualidade, representantes de entidades públicas e privadas e produtores de Milho verde

Objetivo: Divulgação de tecnologias para a produção de milho verde e liberação de sementes da variedade BRS 2046 desenvolvida pela Embrapa Milho e Sorgo e testada por produtores que comercializam o produto na CeasaMinas.

Realização: Parceria entre a CeasaMinas e Embrapa Milho e Sorgo de Sete lagoas.

- Participação no Workshop das Instituições Estaduais e Distritais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Período: 20 a 22 de novembro de 2017

Local: Actual Convention Hotel

Participantes: Secretários Estaduais de Agricultura; Diretores e Técnicos de instituições estaduais e distritais ligadas a Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objetivo: Apresentação e discussão de proposta visando a criação de um sistema único de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos moldes do SUS(Sistema Único de Saúde) durante reunião do Conseagri (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura).

- Participação no 2º Encontro de Técnicos Agrícolas de Minas Gerais

Data: 08/11/17

Local: Auditório da Emater-MG

Participantes: Lideranças políticas, técnicos de instituições públicas e privadas

Objetivo: discussão dos problemas nacionais e integração entre os técnicos.

- Reunião técnica com o tema “ Centrais de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana em Foco”

Data: 23/11/17

Local: Sala Multiuso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Participantes: Técnicos da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, técnicos da CeasaMinas, Emater-MG e Cooperativas da Agricultura Familiar.

Objetivo: Ouvir experiências de Centrais de Abastecimento e dialogar sobre outros desafios para acesso a mercados da agricultura familiar e urbana.

- Reunião Técnica na Coordenação Estadual de Olericultura da Emater-MG

Data:

Local: Sede da Emater-MG

Participantes: Chefe da Seagro, Chefe Detec e Coordenador Estadual de Olericultura

Objetivo: Tratar sobre a constituição de grupo de produtores para cadastro na CeasaMinas e comercio no MLP e facilitar o escoamento da produção de agricultores familiares.

PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DE EMBALAGENS

- Foram realizadas diversas reuniões, coordenadas pela Seagro, com a participação das entidades representativas dos usuários (Aphcemg, Coophemg, Aceasa, Amis), Seapa, Visa, Ima, Ipem e setores da CeasaMinas (Depop, Selog e MLP-BH) visando o atendimento Instrução Normativa Conjunta Sarc, Anvisa e Inmetro nº 009 de 12/11/2003, Norma de Embalagem para os produtos Hortícolas..

- Participação na audiência pública da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da ALEMGO, solicitada pela Aphcemg, para tratar sobre o processo de adequação de embalagens, tendo como resultado a criação de uma comissão composta por representantes da CeasaMinas, Aphcemg, Coophemg, Aceasa, Amis, Seapa, Ipem, Ima, Visa e Emater-MG para definir sobre o cronograma de implementação das normas de embalagens com uma ampla divulgação entre os interessados, conforme prevê o artigo Sexto, parágrafo único da Resolução Conjunta Seapa, Ima e CeasaMinas, nº 1164 de 11 de outubro de 2011.

- Realização de um Workshop com fabricantes de embalagens de papelão ondulado, coordenado pela Seagro, com a participação da Aphcem, Coophemg, Aceasa, Amis, Visa, Ima, Emater-MG e produtores de frutas e hortaliças com o objetivo de discutir sobre a oferta de embalagens de papelão ondulado; facilitar o acesso dos produtores a este tipo de embalagem e atender a normatização de embalagens para as frutas e hortaliças.

- Reuniões com fabricantes de embalagens de papelão ondulado e definido a utilização de espaços no Mercado Livre do Produtor para a montagem de estande para exposição e comercio destas embalagens, visando facilitar o acesso dos produtores e a substituição das caixas de papelão reutilizadas por embalagens de primeiro uso.

VISITAS TÉCNICAS SUPERVISIONADAS:

INSTITUIÇÃO: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- Campus Barbacena

- Participantes: Alunos do Curso de Agropecuária
- Data: 04/04/17
- Responsável: Prof. Amarilio

INSTITUIÇÃO: Grupo Unis

- Participantes: Alunos do curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 25/04/17
- Responsável: Prof. Cleidson Ferreira

INSTITUIÇÃO: Centro Universitário UNA

- Participantes: Alunos do Curso de Administração de Empresas
- Data: 23/04/17
- Responsável: Mateus Gravito

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João Del Rei- Campus Sete Lagoas

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 04/05/17
- Responsável: Leila Louback

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Viçosa

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 06/06/17
- Responsável: Gerival Vieira

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Ouro Preto

- Participantes: Alunos do Curso de Ciência e Engenharia de Alimentos
- Data: 08/06/17
- Responsável: Emilia Maria França Lima

INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG

- Participantes: Alunos do Curso Engenharia Agrônômica
- Data: 22/06/17
- Responsável: Vitor Pirovani

INSTITUIÇÃO: Consulado da Argentina

- Participantes: Autoridades do consulado e empresários do setor hortigranjeiro e cereais
- Data: 02/08/17
- Responsável: Sandra Campolina

INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Minas Gerais

- Participantes: Alunos do Curso Técnico em Agropecuária
- Data: 08/08/17
- Responsável: Amarílio

INSTITUIÇÃO: Sebrae

- Participantes: Alunos de Engenharia Agrônômica
- Data: 08/08/17
- Responsável: Jose Antonio Dias

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João Del Rei

- Participantes: Alunos de Engenharia de Alimentos
- Data: 21/09/17
- Responsável: Lanamar de Almeida Carlos

INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Minas Gerais

- Participantes: Alunos do Curso de Técnica em Logística
- Data: 10/10/17
- Responsável: Marcio Azevedo

INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Minas Gerais

- Participantes: Alunos do Curso de Agronegócio
- Data: 17/10/17
- Responsável: Deny Sanabio

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João Del Rei

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 19/10/17
- Responsável: Leila Louback

INSTITUIÇÃO: Centro Universitário de Sete Lagoas- Unifemm

- Participantes: Alunos do Curso de Nutrição
- Data: 24/10/17
- Responsável: Juliana Liboredo

INSTITUIÇÃO: Ceasa Campinas

- Participantes: Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro
- Data: 10/11/17
- Responsável: Wander de Oliveira Vilalba

INSTITUIÇÃO: Ceasa Espírito Santo

- Participantes: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e gerente de Mercado
- Data: 10/11/17
- Responsável: Luiz Carlos Prezoti

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Viçosa

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 14/11/17
- Responsável: Gerival Vieira

INSTITUIÇÃO: Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá

- Participantes: Secretário de Desenvolvimento Rural, diretores e técnicos da Secretaria
- Data: 20/11/17
- Responsável: Robério Nobre

INSTITUIÇÃO: Ceasa Nova Friburgo-RJ

- Participantes: Autoridades do município e Gerente da Unidade
- Data: 28/11/17
- Responsável: Antonio Jose Ramos Sepetiba

INSTITUIÇÃO: Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da PBH

- Participantes: Técnicos da Subsecretaria e Emater-MG
- Data: 05/12/17
- Responsável: Darklane Dias

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do vale do Jequitinhonha e Mucuri

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônoma
- Data: 14/12/17
- Responsável: Gilmar Vieira

INSTITUIÇÃO: Consulado da Dinamarca

- Participantes: Cônsul Honorário da Dinamarca e autoridades do Estado de Minas Gerais
- Data: 15/12/17
- Responsável: Guilherme Viana

PROJETOS EM ANDAMENTO:

a) Certifica Minas Frutas

- Objetivo: Adoção de práticas agrícolas na produção, transporte, armazenamento e comercialização de frutas visando a melhoria na qualidade, redução de perdas, rastreabilidade e agregação de valor aos produtos com a utilização de um selo de certificação.
- Parcerias: Seapa, CeasaMinas, Emater-MG e Ima

b) Microorganismos patogênicos e indicadores em caixas utilizadas para acondicionamento de produtos hortícolas comercializados na CeasaMinas

Trata-se de um trabalho de pesquisa de conclusão de curso do estagiário da Seção de Agroqualidade, Gabriel Martins e visa analisar aspectos microbiológicos em caixas de madeira e plástica, presença de Salmonelas e Es, conforme prevê a norma brasileira – NBR 15674 como parâmetro comparativo entre as embalagens.

Serão analisadas 25 (vinte e cinco) caixas de madeira e 25 (vinte e cinco) plástica, por meio de Swab, sendo a amostra da caixa de madeira coletada nos depósitos de caixas, onde estão disponíveis aos produtores para embalagem dos produtos e a plástica será coletada no banco de caixas após sua higienização e desinfecção.

C) Acompanhamento do peso dos produtos hortícolas comercializados na Ceasaminas.

Foi realizado a pesagem dos principais produtos, através dos técnicos da Agroqualidade, no setor permanente(lojas) e no Mercado Livre do Produtor, no período de janeiro a junho/17 para aferir se as embalagens de cada produto contem as quantidades previstas nos padrões utilizados pela Seção de informação de mercado do nosso Departamento Técnico. Foi verificado que diversos produtos estão com peso das embalagens a menor, devido principalmente a redução do tamanho das embalagens e produtos mal acondicionado. Este trabalho terá continuidade no ano de 2018 e será utilizado como um indicador no cumprimento de metas para o retorno dos pesos padronizados.

Equipe da Seção de Agroqualidade:

- Joaquim Oscar Alvarenga
- Valdir Moreira campos
- Romeu Silveira Diniz
- Raymundo Motta Moreira Duarte
- Fabiana Maria da Costa
- Cláudio Machado
- Gabriel Cabral Martins

5.2 - DETIN – DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

IMPLANTAÇÕES TECNOLÓGICAS 2017

Em resposta a solicitação (CI AUDIN 138/2017), informamos abaixo as implantações tecnológicas realizadas no exercício de 2017:

1 – BIP e SISGEOPE: implantação da etapa III do WebService: em reunião com a Emater, a etapa III foi apresentada, seguindo o padrão já desenvolvido, como os serviços de desenvolvimento da Emater foi terceirizado, estamos aguardando a homologação do recurso desenvolvido apresentado na reunião para encerramos à etapa III. Prazos finais ainda não definidos pela Emater.

A Ceasaminas integrou nas unidades do interior os recursos desenvolvidos nas etapas I e II, sendo que os boletins são automaticamente integrados e validados nestas unidades aumentando o ganho na incorporação dos dados e na consistência e validade dos boletins emitidos pela Emater.

O Sisgeope está sempre em processo de evolução continua, além de agregar novos serviços e integrações com a Emater, o sistema conta com avanços específicos e evoluções globais que ocorrem em unidades específicas e ações que tem impacto globais e são replicadas para todas as unidades.

Atualizações realizadas no Sisgeope em 2017:

Alteração da marcação de modulo varejão

Validação de credenciais impressas recebidas do fornecedor

Validação de documentação e aviso de pendências de documentos via BIP
Melhorias no serviço de marcação e confirmação de áreas no MLP.

2 – Reformulação da intranet: com a renovação da licença do Scriptcase, a intranet esta sendo reformulada, com a migração dos serviços para o novo formato de layout, mais intuitivo e dinâmico.

3 – Detecweb: Iniciamos os estudos para desenvolvermos o sistema do Detecweb no final do segundo semestre, porém como se trata de uma ação muito complexa, estamos avaliando as condições atuais e começando o uso de ferramentas novas para incorporar novas tecnologias e viabilizar condições de migração pela equipe interna (em homologação), processo que será lento, porém iremos economizar um valor significativo caso os testes sejam aceitos pelas áreas afetadas. Caso não exista viabilidade técnica para desenvolvimento, iremos encaminhar este processo para licitação e dar segmento a evolução deste sistema por uma empresa terceirizada, conforme necessidades dos setores utilizadores da ferramenta.

4 – Caixa MLP: devido aos problemas técnicos enfrentados, não foi possível contemplar as unidades do interior com um novo sistema de caixa, conforme foi programado para 2017. Com a definição dos convênios firmados será possível voltar os trabalhos. Um novo cronograma precisa ser desenhado para avançar nesta linha.

5 – ERP Totvs: o sistema de gestão Totvs passa por modificações constantes, que incluem: ajustes, atualizações, Upgrade de versão; e são partes normais de um ERP, foi feito uma migração de versão no início do segundo semestre de 2017 e uma nova migração será realizada ainda dentro do primeiro semestre de 2018, acompanhando assim as mudanças tecnológicas e as adequações às legislações legais do governo.

6 – Portal Ceasaminas: o site da Ceasaminas está em processo de remodelagem e atualização, infelizmente o Detin não possuiu equipe suficiente para implantar um novo layout em um curto espaço de tempo, sendo assim, o Decom está assumindo e validado o novo escopo junto aos fornecedores com o apoio técnico do Detin e Ouvidoria, buscando também desenvolver todos os elementos da LAI (Lei de acesso a informação) e criar a nova identidade visual, conforme direcionamentos recebidos pelo Decom da diretoria. Enquanto não ocorre o processo, as alterações, atualizações e intervenções no atual portal da Ceasaminas continuam sendo implementadas pelo Detin.

7 - Sistema de Chamados do DEMFA/SEMAN: foi desenvolvido o sistema para abertura de chamados de serviços de manutenção (solicitações de atendimentos) dos concessionários da Ceasaminas no entreposto de Contagem, com intuito de manter dados e estatísticas e melhor controle dos atendimentos prestados pelo DEMFA/SEMAN. Este sistema utiliza a plataforma WEB.

8 - SISMULTA: foi incluído uma nova funcionalidade no sistema de aplicação de multas que consiste na inclusão do arquivo da análise técnica do grupo de trabalho, no acompanhamento do processo de notificação, balizando assim as decisões da diretoria, além de manter a administração de notificações e autuações de infrações aplicadas pelos agentes de mercado.

9 - Sistema de Gerenciamento de Chamados: o Departamento de Tecnologia da Informação utiliza um Sistema de Gerenciamento de Chamados desde 2012, no qual registra todos chamados referentes manutenção de sistemas e equipamentos de informática. São registradas todas as interações com usuário solicitante para solução do chamado, nome do atendente, data de abertura e encerramento, podendo ser consultadas posteriormente. As manutenções realizadas foram somente de layout, seguindo a nova versão do Scriptcase.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Anderson Aparecido de Lima
Gestor do Dep. de Tecnologia da Informação
CEASAMINAS

5.3 - DEPLA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1-SÍNTESE DAS ATIVIDADES EM 2017

1.1-ATIVIDADES DE CONTROLADORIA:

- Análise das solicitações de contratação recebidas das diversas áreas da empresa;
- Confronto entre o orçamento aprovado e a solicitação de contratação recebida;
- Caso o valor da solicitação esteja previsto – os dados da solicitação são registrados e compensados na planilha de controle e apurado novo saldo que a partir daí será apurado o valor residual da verba;
- Caso a solicitação esteja fora do valor de orçamento a mesma é devolvida à origem com orientação ao usuário;
- Cadastramento dos contratos de fornecimento em planilha própria;
- Liberação ou não das requisições de bens e serviços registradas no sistema pelo usuário requisitante;
- Orientação ao usuário do sistema e;
- Manutenção do site de transparência (despesas de viagens), por exigência do Governo Federal.

1.2. ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

- Elaboração dos orçamentos Globais (PDG) por rubrica (Despesas, Receitas, Investimentos e Resultado), e de Fluxo de Caixa, para o exercício de 2017;
- Elaboração da reprogramação dos orçamentos Globais (PDG) por rubrica (Despesas, Receitas, Investimentos e Resultados), nas revisões do orçamento para o exercício e 2017;

- Elaboração da programação orçamentária para o exercício 2018 (PDG e Orçamento de Investimento – OI);
- Análise e verificação da coerência das peças orçamentárias durante a elaboração das diversas peças orçamentárias;
- Cadastramentos no sistema SIEST (receitas, despesa, fluxo de caixa) em detalhes mensais;
- Cadastramento no sistema SIOP do Orçamento de Investimentos, em detalhes mensais;
- Elaboração mensal de relatórios de acompanhamento orçamentário e análise das variações detectadas, com emissão de planilhas de acompanhamento e análise das variações apuradas nos Conselhos Fiscal e de Administração para aprovação final das peças orçamentárias (orçamento global);
- Integração com o MAPA e SEST para oficialização do orçamento, tanto o orçamento do exercício seguinte como o orçamento de reprogramação do período e;
- Controle dos investimentos.

1.3- ATIVIDADES COMPLEMENTARES

❖ Relatório de Administração:

Relatório publicado anualmente com o Balanço Contábil Anual contendo sucintamente o desempenho orçamentário-financeiro do exercício findo, que após sua aprovação pelo STN, será publicado junto com balanço do exercício.

❖ Relatório de Gestão:

Relatório publicado anualmente divulgando as atividades técnica-econômica e financeira do exercício findo e em atendimento aos órgãos do Governo Federal (CGU/TCU) e publicado no site da empresa.

❖ Programas RVA E PLR:

Elaboração, acompanhamento e análise dos programas:

1. PLR – Participação nos Lucro ou Resultados dos empregados da CeasaMinas e;
2. RVA- Programa de Remuneração Variável Anual de Diretores da CeasaMinas

1.4-ATIVIDADES DIVERSAS

- Participações em reuniões diversas:
- Reuniões técnica de assessoramento;

- Reuniões da diretoria executiva,
- Conselho fiscal e de administração;
- Seminários e reuniões com órgãos do Governo Federal (SEST, MAPA), quando convocado.
- Atendimento pessoal externo;
- Organização da documentação do departamento;
- Manutenção da organização do departamento;
- Protocolo e encaminhamento de documentação e;
- Análise e cadastramento de contrato de fornecedores

GESTÃO DO DEPARTAMENTO:

Gestora do Departamento:

Economista: Rosinéia Coelho Veloso

Analista:

Economista: Plínio Laurindo Gonzaga Silva

Supervisor de Operações:

Técnico Contábil: Cleibe da Silva

Estagiária: Dyulhia Mara Ferreira Morais Santos

6 - CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DESTACANDO, PARA CADA PROGRAMA DE GOVERNO OU PROGRAMA DE TRABALHO DA ENTIDADE QUE SEJA OBJETO DE UMA AÇÃO DE AUDITORIA:

A) AÇÃO ADMINISTRATIVA

I - Meta prevista/alcançada

Foram necessárias algumas adequações no PDG para que as metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de diretrizes Orçamentárias, fossem cumpridas. Os valores apresentados abaixo já estão com a nova reprogramação orçamentária.

2017	2017	TOTAL REALIZADO	A REALIZAR
Manutenção, Adequação e Expansão da Infra-estrutura operacional – 20.605.0807.4105.0031.	1.050.000	0,0	1.050,000
%	100%	0,0%	100%
Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento 20.605.0807.4103.0031.	50.000	12.404	37.596
%	100%	24,8%	75,2%
Manutenção, adequação e aquisição de bens móveis, veículos, Máquinas e equipamentos – 20.605.0807.4102.0031.	50.00	44.781	5.219
%	100%	89,6%	10,4%
INVESTIMENTOS/PROJETOS	1.150.000	57.185	1.092.815
%	100%	5,0%	95,0%

Fonte: DEPLA- Departamento de Planejamento – Ceasaminas

B) DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES ,

SEÇÃO DE CADASTRO

Informações sobre os dados estatísticos da Seção de Cadastro

(Relatório Anual das atividades de Auditoria Interna)

ATIVIDADE	UNIDADE	Nº
EMPRESAS	Contagem	613
	Uberlândia	152
	Juiz de Fora	58
	Gov. Valadares	27
	Caratinga	31
	Barbacena	35
	Uberaba	26
	TOTAL	

		942
CARREGADORES AUTÔNOMOS	Contagem* Uberlândia Juiz de Fora Gov. Valadares Caratinga Barbacena Uberaba** TOTAL	702 120 23 25 23 23 - 916
CARRETEIROS	NÃO HÁ EM NENHUMA UNIDADE	

OBS: * Carregadores em Contagem passaram a ser administrados pelo SINDICAR a partir de outubro de 2017.

** Até a data de fechamento desta CI a Gerência de Uberaba ainda não havia informado a quantidade de carregadores. Assim que informarem será enviada outra CI.

Thiago Resende Machado Andrade
Seção de Cadastro

FORTALECIMENTO DA REDE INTERSETORIAL PARA INTEGRAÇÃO DOS TRABALHOS SOCIAIS DA EMPRESA.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A CEASAMINAS é uma empresa que exerce papel estratégico no sistema alimentar brasileiro, com expressivo impacto sobre a economia. É uma empresa de economia mista do Governo Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em 36 anos a empresa se tornou a mais diversificada do Brasil, ocupando o segundo lugar a nível nacional de hortigranjeiros. Através do Comitê de Responsabilidade Social Empresarial a empresa desenvolve inúmeros projetos sociais nas áreas de educação, segurança alimentar, meio ambiente, cultura, criança e adolescente, assistência social, lazer, sempre ancorados na ética, transparência, compromisso, bem-estar coletivo e justiça social.

INSTITUTO CEASAMINAS/PRODAL BANCO DE ALIMENTOS

Consolidado desde 2002, o programa banco de alimentos atua constantemente no combate ao desperdício de alimentos no entreposto de Contagem da CeasaMinas, e na minimização da fome na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. O programa contribui para o abastecimento alimentar de redes de promoção e proteção social, contribuindo desse modo, com a diminuição da fome e da desnutrição das populações em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

O banco de alimentos faz o elo entre os beneficiários e os potenciais doadores, realizando a arrecadação de alimentos em condições de consumo humano entre os permissionários e produtores rurais que comercializam na CeasaMinas, repassando para sociedade civil sem fins lucrativos, que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. O repasse também é realizado para outros programas de segurança alimentar que atuam na RMBH. O programa contribui para o abastecimento alimentar de redes de promoção e proteção social, contribuindo desse modo, com a diminuição da fome e da desnutrição das populações em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

O banco de alimentos faz o elo entre os beneficiários e os potenciais doadores, realizando a arrecadação de alimentos em condições de consumo humano entre os permissionários e produtores rurais que comercializam na CeasaMinas, repassando para sociedade civil sem fins lucrativos, que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. O repasse também é realizado para outros programas de segurança alimentar que atuam na RMBH.

Em consonância com o Governo Federal o Prodal Banco de Alimentos está enquadrado no Programa Brasil Sem Miséria, ao qual tem a missão de promover e consolidar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, observando as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitando a diversidade cultural.

7 - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE, RELATANDO:

A CEASAMINAS fundada em 1970, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, é uma empresa de Sociedade Economia Mista, tendo o Governo Federal como seu maior acionista, detendo 99,57% das ações com direito a voto, desde o ano de 2000.

Ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem-MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal. De acordo com a Administração da

Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, do ativo imobilizado da companhia, está em fase de regularização.

a) Fragilidades identificadas

De modo geral, a ausência de normas e procedimentos de execução. Em consequência verifica-se: valores recebíveis não executados, pendentes de ações administrativas ou judiciais; falha nos procedimentos de rotina e fiscalização de contratos; falha na aplicação de normas e processos licitatórios, falhas no controle de material de almoxarifado; falhas nos processo de contratação de serviços terceirizados.

Realizamos em parceria com uma empresa especializada, um trabalho voltado para identificar as causas que têm contribuído para o atraso dos lançamentos e dos registros de entrada das Notas Fiscais na Contabilidade, com reflexo nas demonstrações contábeis. Dentre os pontos merecedores de menção, relatamos as retenções de documentos fiscais pelos setores envolvidos, principalmente os documentos recebidos das unidades do interior.

Alguns procedimentos de anos anteriores necessitam de regularização, esclarecemos que durante o ano de 2017 foram realizadas algumas ações no sentido de minimizar o que foi apontando anteriormente:

b) Aperfeiçoamentos implementados

I - O sistema de gestão Totvs passa por modificações constantes, que incluem: ajustes, atualizações, Upgrade de versão; e são partes normais de um ERP, foi feito uma migração de versão no início do segundo semestre de 2017 e uma nova migração será realizada ainda dentro do primeiro semestre de 2018, acompanhando assim as mudanças tecnológicas e as adequações às legislações vigentes do governo.

II - Os controles de estoque, bem como os cálculos dos custos médios de todos os produtos do Almoxarifado, eram processados manualmente, implicando em dispêndio de tempo para calcular e remeter à Contabilidade, finalmente concretizamos a implantação do sistema retrocitado.

III -As conciliações das contas ativas e passivas estavam acumulando pendências antigas de pequeno valor, por longas datas. A Diretoria Financeira, em parceria com a Contabilidade, levantou as pendências, no sentido de regularizá-las. Salientamos que as contas foram praticamente todas ajustadas faltando apenas algumas em que os setores envolvidos ainda não se manifestaram.

8 - A REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONTENDO:

A) Objetivo da contratação e o valor

Contratação de serviços e compras destinadas à manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, bem como materiais de consumo para o desempenho dos serviços administrativo da empresa;

B) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade

A dispensa ou inexigibilidade são aplicadas às compras ou serviços contratados nos limites estabelecidos na Lei 8.666/93, bem como a aquisição de produtos adquiridos através da cotação de preço de mercado em consonância com norma retro mencionada.

C) responsável pela fundamentação e CPF

O responsável pela fundamentação é o Chefe do Departamento Jurídico da empresa.

- Dênio Pires Silva - CPF: ***.828.446-** (janeiro a junho de 2017)

- Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva - CPF: ***.513.586-** (junho a dezembro de 2017)

D) identificação do contratado

Todos os contratados estão identificados na relação da CPM. - (Cotação de Preço de Mercado) e processos licitatórios abaixo.

I - Dispensa e inexigibilidade de licitação:

Fundamentação da baseada nos incisos I e II, e parágrafo único do artigo 24 e artigos 25 e 26, da Lei 8.666/93.

Responsável pela fundamentação: Departamento Jurídico – DEJUR - Dênio Pires Silva e Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva

NOTA: Para visualizar a planilha a contento, todos os processos de Dispensa e inexigibilidade de licitação, verificar o **ANEXO 01**

Análise da Regularidade dos Demais Processos Licitatórios, Incluindo Percentual Examinado

PROCESSOS LICITATÓRIOS 2017

Relatório nº	Processos Repassados à AUDIN	Processos Fracassados / Desertos	Processos Revogados	Processos Homologados	Processos Auditados
03	15	07	08	00	02
08	18	08	04	06	02
17	30	02	03	25	04
27	01	00	00	01	01
31	03	00	02	01	01
35	16	00	12	04	04
TOTAL	83	17	29	37	14
Processos Homologados (%)					44,6
Processos fracassados e revogados (%)					55,4
Total (%)					100,00
Processos Auditados (%) *Percentual relativo a processos homologados					37,8

Avaliação sobre a Regularidade dos Processos:

Ocorreram algumas falhas na publicação do Edital, redação da Ata e formação do processo de licitação. Além de outras falhas como: comprovante de habilitação, ata de registro de preços sem informação de valor unitário e global, descumprimento de dispositivos legais, publicação de contrato fora do prazo. Entretanto, são procedimentos de rotina que não implicam em falta grave ou prejuízos para a empresa, mas que deve ser observado atentamente, na aplicação integral da Lei 8.666/93.

Identificamos nos processos licitatórios auditados por amostragem, que as falhas apontadas, apesar de pouca relevância por não afetarem o erário público, contrariam os dispositivos legais quanto à formação do processo. Ao deixar de cumprir a rotina na instrução processual e não atentar para simples detalhes como: edital e termo de referência sem assinatura do responsável, ata de preço sem o quantitativo total, falta de documento de habilitação e outros pormenores, está infringindo os preceitos da lei que rege o assunto.

Elaboramos um check list com ênfase nos apontamentos efetuados pela Auditoria Interna, visando que a CPL cumpra aos prazos estabelecidos em Lei, para cada modalidade de licitação, bem como, a fiel observância aos procedimentos de rotina.

NOTA: Para visualizar a planilha contendo todos os processos de licitação verificar o **ANEXO** (Processos Relativos a Contratos/ Licitação 2017)

9 – AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES FIRMADOS

Para este tópico elaboramos uma planilha com as identificações solicitadas na Instrução Normativa que disciplina a matéria, a qual se encontra no **ANEXO 02**: Quadro de Contratos e Convênios.

10 – FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE AUDITORIA INTERNA:

10.1 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Para verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, identificando os nomes dos servidores e funcionários que tiveram sua folha de pagamento revisada, e o método de seleção da amostragem, foi constatada legalidade dos atos, confirmação física dos beneficiários e a regularidade dos processos de admissão, cessão, requisição, concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

A) Limite do Quadro de Pessoal

Conforme Portaria 1.139/2001, de 30/10/2001, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece o limite máximo de empregados do quadro próprio das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União. O limite fixado para a Ceasaminas por esta portaria é de 272 empregados. Conforme verificamos, estamos abaixo deste quantitativo.

QUADRO DE PESSOAL	Out/17	Nov/17	Dez/17
Funcionários Ativos	226	226	226
Em Férias	28	11	15
Ativo (RA)	13	13	13
Admitidos	0	0	0
Demitidos	0	0	0
TOTAL NA FOLHA	226	226	226
Afastados pelo INSS	23	23	23
Licença Sem Vencimento	3	4	4
TOTAL DO QUADRO	253	253	253
Outros (Conselheiros)	7	7	7

As empresas cujos quantitativos de pessoal próprio estejam acima dos limites fixados nesta Portaria terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para se adequarem aos novos limites.

10.2 Risco de Auditoria

Os fatores de risco foram convencionados permitindo sua aplicação à maioria dos processos operativos. Eles estão assim definidos:

- 1- Gestão Orçamentária (análise da programação e análise da execução)
- 2- Gestão Financeira (recursos disponíveis, recursos realizáveis, recursos exigíveis)
- 3- Gestão Patrimonial (inventários físicos e financeiros, bens imobiliários, meios de transporte, bens móveis e equipamentos)
- 4- Gestão de Pessoas (movimentação, remuneração, benefícios e vantagens)
- 5- Gestão do Suprimento de Bens e Serviços (processos licitatórios)
- 6- Gestão Operacional.

Itens integrantes dos Fatores de Risco:

Materialidade: Importância relativa ou representatividade do valor ou do volume dos recursos envolvidos, isoladamente ou em determinado contexto.

Relevância: Aspecto ou fato considerado importante, ainda que não seja material (economicamente significativo), para o atingimento dos objetivos da entidade.

Criticidade: Vulnerabilidade identificada nos controles internos que caracteriza-se ou pode vir a caracterizar-se risco.

Pontuação:

- 1 Baixo,
- 2 Médio,
- 3 Alto,
- 4 Crítico.

OBS: Os valores lançados com relação a Materialidade tem como referência os últimos relatórios da Auditoria Interna.

1) Execução Orçamentária;

Materialidade:

R\$30.000.000,00 (trinta milhões).

Relevância:

A Execução Orçamentária é importante para:
Atingir dos objetivos da empresa
Evitar prejuízos à imagem da Companhia
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

A realização parcial da receita, em função das Licitações e Transferências de Lojas.

A realização da despesa além do previsto, forçando a reformulação orçamentária.

Criação de relatórios específicos de acompanhamento da execução dos projetos de abastecimento.

Pouca interação como os diferentes setores da empresa, para opinar no planejamento. Aperfeiçoamento da metodologia para elaboração, execução, alterações do planejamentos das propostas orçamentárias.

Controle:

Verificar a observância dos dispositivos legais;

Verificar as reprogramações orçamentárias.

Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas;

Alertar para a correção dos desvios.

Resultado Esperado:

Que a arrecadação se efetive como previsto, e que as despesas se mantenham no nível desejado.

2) Balancetes;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Balancetes	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Relevância</i>	3,50	38,89	4	29,17
<i>Criticidade</i>	2,50	27,78	4	20,83

Materialidade:

R\$26.000,00 (vinte e seis milhões de reais).

Relevância:

A verificação dos balancetes é importante para:

Evitar notificações dos órgãos tributários

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar falta de informações para tomada de decisão

Evitar falhas na operacionalização

Evitar perdas financeiras

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Criticidade:

Ativo Super-avaliado;

Despesa Super-avaliada;

Passivo Sub-avaliado;

Receita Sub-avaliada;

Atraso na entrega da documentação, pelos diversos setores da empresa, impedindo a contabilização em tempo hábil.

Responsabilização dos setores responsáveis pelo atraso na contabilização.

Conciliações das contas do ativo e passivo, de forma adequada.

Correções para as divergências apuradas nas conciliações.

Encaminhamento dos relatórios, balancetes e demais demonstrativos, no prazo.
 Aperfeiçoamento da estrutura do setor contábil.
 Evitar a concentração das atividades de controle e gerenciamento de informações no mesmo setor, mantendo a segregação de funções.

Controle:

Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação;
 Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.

Resultado Esperado:

Que as contas tenham um comportamento previsível e permaneçam com bons os índices financeiros.

3) Seção de Tesouraria;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Tesouraria	9,25	100,00	12	77,08
<i>Materialidade</i>	3,50	37,84	4	29,17
<i>Relevância</i>	2,75	29,73	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	32,43	4	25,00

Materialidade:

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Tesouraria é importante para:
 Evitar perdas financeiras
 Evitar notificações dos órgãos de controle
 Evitar retrabalho

Criticidade:

Segregação de funções na área da Tesouraria.
 O fundo fixo não obedecer ao imite previsto pela legislação para cobertura de pequenas despesas.
 Não ser observado prazo, estritamente necessário, aos trâmites de efetivação de pagamento ao adiamento junto ao fundo fixo.
 O caixa conta com pouca proteção física.
 Falta de cobertura de seguro para os funcionários que manuseiam valores.
 Falta de procedimento para controle da programação dos pagamentos nos respectivos vencimentos, e existência de arquivo próprio por data de vencimento.
 Erro no lançamento entre contas bancárias;
 Falta de registro de aplicações financeiras;
 Falta de registro de transferências;
 Valor elevado de numerário em transito.

Controle:

Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias;
 Identificar movimentação das contas de aplicação;

Verificar a movimentação das contas de transferências;
 Verificar a movimentação das contas de valores em trânsito;
 Verificar as conciliações bancárias.

Resultado Esperado:

Que a tesouraria efetue os pagamentos dentro do prazo, e tenha bons controles de entrada e saída de numerário.

4) Seção de Cobrança;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Cobrança	9,50	100,00	12	79,17
<i>Materialidade</i>	3,75	39,47	4	31,25
<i>Relevância</i>	2,75	28,95	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	31,58	4	25,00

Materialidade:

R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)

Relevância:

A verificação dos trabalhos da Seção de Cobrança é importante para:
 O equacionamento das insuficiências dentro da urgência requerida;

Criticidade:

Os processos recebidos da seção de Cadastro completos e corretos.

Processo faltando contrato.

Processo faltando registro na JUCEMG.

É estabelecido prazo, máximo de três dias, para correção e devolução?

Emissão correta dos relatórios que servirão de base para a elaboração dos demonstrativos de débitos e emissão das boletas de cobrança para os concessionários.

Apuração correta das tarifas de uso de cada loja.

Cobrança adequada dos concessionários em débito.

Cobrança de débitos pelo Departamento Jurídico.

Necessidade de conferência diária, das arrecadações do MLP, confrontando carnês e recibos autenticados pelo caixa recebedor contra os recibos de depósitos bancários para controle e contabilização.

Controle:

Verificar mediante relatório analítico, contas a receber;

Verificar os processos de cobrança;

Verificar as conciliações de contas da contabilidade.

Verificar os contratos de licitações.

Verificar o processos de licitação.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha controles adequados de cobrança, e que possa maximizar os recebimentos.

5) Seção de Pagamentos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Pagamentos	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	3,25	39,39	4	27,08
<i>Relevância</i>	3,00	36,36	4	25,00
<i>Criticidade</i>	2,00	24,24	4	16,67

Materialidade:

R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Pagamentos é importante para:

Evitar fraudes e irregularidades

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

As prestações de contas de despesas com viagem pendentes.

Os documentos de despesas, bem como o bilhete de passagem, estão sendo anexados à prestação de contas.

As despesas sem comprovantes.

Ao último dia de viagem estão sendo atribuídos 50% do valor da diária.

Controle:

Examinar as exigibilidades mais relevantes;

Verificar as notas fiscais de hotéis;

Verificar os recibos de taxi;

Verificar os critérios para pagamento de contas vencidas;

Verificar os prazos de vencimento da conta Fornecedores.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha níveis razoáveis de endividamento, e que os fiscais de contrato cumpram bem sua função de conferência e acompanhamento dos contratos.

6) Relatório de Inventário de Patrimônio;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Relatório Inventário Patrimônio	7,75	100,00	12	64,58
<i>Materialidade</i>	3,00	38,71	4	25,00
<i>Relevância</i>	2,25	29,03	4	18,75
<i>Criticidade</i>	2,50	32,26	4	20,83

Materialidade:

R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais)

Relevância:

O relatório de inventário de patrimônio é importante para:
Cada setor verifica seus próprios bens, quando da assinatura do Termo de Responsabilidade;
Fiscalizar as saídas dos móveis e equipamentos dos setores;
Evitar a existência de bens não localizados;
Atualização das informações no sistema patrimonial.

Criticidade:

Falta de Termo de Responsabilidade;
Falta de fiscalização das saídas dos móveis e equipamentos dos setores;
Existência de bens não localizados;
Desatualização das informações no sistema patrimonial;

Controle:

Verificação do trabalho da Comissão incumbida da localização física dos bens;
Obrigatoriedade de preenchimento dos formulários de movimentação de bens;
Apuração de responsabilidade, dos bens não localizados;
Treinamento dos funcionários, e sistema adequado para atualização das informações;
Acompanhamento da elaboração do inventário físico de materiais.

Resultado Esperado:

Que os bens imobilizados estejam devidamente regularizados, e que tenha um bom controle das aquisições e baixas.

7) Relatório de Inventário Físico do Almojarifado;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Relatório Inventário Físico do Almojarifado	7,25	100,00	12	60,42
<i>Materialidade</i>	2,50	34,48	4	20,83
<i>Relevância</i>	2,25	31,03	4	18,75
<i>Criticidade</i>	2,50	34,48	4	20,83

Materialidade:

R\$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais)

Relevância:

O relatório de inventário físico do almojarifado é importante para:
Verificação do estoque.
Fiscalizar as saídas de material do setor;
Evitar a falta de controle das operações;
Atualização das informações no sistema informatizado.

Criticidade:

Erro na conferência da relação de bens.
Bens alocados em outras entidades;
Bens sem identificação, por meio de chapa patrimonial;
Entrega do relatório fora do prazo.
Controle:
Verificar os Termos de Responsabilidade de materiais;
Verificar as conciliações contábeis;

Promover a baixa, doação ou leilão dos bens inservíveis e com valor já depreciado;
Verificar o relatório emitido pela Comissão de Inventário.

Resultado Esperado:

Que a Comissão de Inventário Físico de Almoxarifado, confirme a existência dos bens e validade a eficácia dos controles existentes.

8) Seção de Materiais e Patrimônio;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Materiais e Patrimônio	8,00	100,00	12	66,67
<i>Materialidade</i>	3,00	37,50	4	25,00
<i>Relevância</i>	2,50	31,25	4	20,83
<i>Criticidade</i>	2,50	31,25	4	20,83

Materialidade:

R\$440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Materiais e Patrimônio é importante para:

Evitar perdas financeiras

Evitar penalização dos gestores

Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

As aquisições de bens patrimoniais estão com previsão orçamentária.

Os bens patrimoniais estão devidamente identificados com as respectivas plaquetas, Capital e Interior.

Para toda movimentação de bens entre os setores da empresa está sendo emitida a "Requisição para Movimentação de Bem Patrimonial".

É feito o inventário físico dos bens patrimoniais anualmente.

Baixa de bens obsoletos ou em desuso.

Bem do imobilizado dado em garantia ou penhorado.

Os bens patrimoniais (veículos, galpões) estão acobertados por seguro.

Desvio de estoque.

Controle:

Verificar o armazenamento dos materiais;

Verificar o controle de entradas e saídas, dos materiais;

Verificar o inventário e confrontar com a contabilidade;

Verificar as conciliações contábeis.

Verificação da situação das obras em andamento, do mapeamento da situação atual dos imóveis da empresa e das propostas da companhia para investimentos em terrenos de sua propriedade nas diversas Unidades da CeasaMinas.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha um bom controle de distribuição dos bens em estoque.

9) Recursos Humanos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Recursos Humanos	10,50	100,00	12	87,50
<i>Materialidade</i>	3,50	33,33	4	29,17
<i>Relevância</i>	3,50	33,33	4	29,17
<i>Criticidade</i>	3,50	33,33	4	29,17

Materialidade:

R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Relevância:

A auditoria na Departamento de Recursos Humanos é importante para:

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar prejuízos legais (causas trabalhistas)

Criticidade:

Registro de Ponto – Marcação de ponto, anotações de faltas, atestados e justificativas.

Horas extras – marcações, autorização e pagamento de horas extras. Banco de Horas

Férias – empregados em férias, período, cálculos e pagamento.

Provisão de Férias – 13º Salário – Folha de Pagamento

Conferir cálculos, encargos sociais e pagamento.

Estagiários – verificar o cumprimento das normas, avaliação de desempenho, compatibilidade com o curso de formação.

Cadastro dos empregados desatualizado.

Irregularidades no processo de admissão/demissão/cessão.

Irregularidades nos pagamentos de gratificações por desempenho de atividades.

Alterações indevidas de cargos, funções e salários.

Pagamentos de horas extras sem autorizações.

Inconsistências em função da migração para o novo plano de cargos e salários.

Procedimentos e atividades não documentadas (manuais, mapas de processo)

Pagamento de vantagens e benefícios concedidos de forma indevida;

Funcionários em desvio de função;

Funcionários terceirizados ocupando cargos de funcionários efetivos (concursados);

Passivo trabalhista e fiscal;

Desrespeito ao horário de trabalho dos funcionários;

Desrespeito a legislação vigente.

Controle:

Examinar o cadastro de pessoal do quadro permanente da empresa;

Verificar o controle dos rendimentos, gratificações e benefícios;

Verificar o recolhimento das obrigações;

Verificar as horas extras realizadas;

Verificar as rotinas do setor de pessoal.

Resultado Esperado:

Adequação dos controles de pessoal a legislação vigente.

Evitar passivos trabalhistas e fiscal.

10)Processos Licitatórios;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Processos licitatórios	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,25	36,11	4	27,08
<i>Relevância</i>	2,75	30,56	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	33,33	4	25,00

Materialidade:

R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)

Relevância:

A auditoria dos processos licitatórios é importante para:

Evitar favorecimento a Fornecedores;

Criticidade:

Favorecimento a Fornecedores;

Falta de assinatura em documentos;

Falta de autenticação em cópia de documentos;

Falta de assinatura de Engenheiros nos projetos básicos

Controle:

Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente;

Verificar cada fase do processo de licitação;

Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.

Resultado Esperado;

Que a empresa possa obter os produtos e serviços necessários, de acordo com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

11)Departamento de Engenharia;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Departamento de Engenharia	8,75	100,00	12	72,92
<i>Materialidade</i>	3,50	40,00	4	29,17
<i>Relevância</i>	2,75	31,43	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,50	28,57	4	20,83

Materialidade:

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Relevância:

A auditoria no Departamento de Engenharia é importante para:

Evitar o não atingimento dos objetivos da manutenção
 Evitar prejuízos à imagem da Companhia
 Evitar perdas financeiras
 Evitar notificações dos órgãos de controle
 Evitar retrabalho

Criticidade:

Solicitação e execução de serviço devidamente documentadas, mediante a emissão de Ordem de Serviço.

As “OS” são numeradas tipograficamente, e os blocos têm rigoroso controle da guarda, inclusive os já utilizados.

Controle:

Verificação do cálculo de consumo de energia elétrica.

Verificar se o material retirado e não utilizado está sendo devolvido ao almoxarifado.

Verificar se está sendo elaborado anualmente o “Plano de Manutenção Preventiva”.

Verificar se existe a aquisição direta de material.

Verificar os contratos de prestação de serviços.

Resultado Esperado;

Que a empresa mantenha um bom controle das operações de responsabilidade do departamento.

12) Departamento Operacional;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Departamento Operacional	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Relevância</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,75	33,33	4	22,92

Materialidade:

R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

Relevância:

A auditoria no departamento operacional é importante para:

Evitar sub-locação não autorizada;

Evitar concessionário com contrato vencido;

Evitar comercialização de produtos não autorizados;

Criticidade:

Que os cadastros de Produtores e Comerciantes, estejam de acordo com a legislação vigente, e evite o comercio dos atravessadores.

Controle:

Verificar os controles do cadastro.

Verificar os registros de empresas na JUCEMG;
 Verificar se todos os processos tem o contrato assinado;
 Verificar o funcionamento do Banco de Caixas;
 Verificar o cumprimento do Regulamento de Mercado.

Resultado Esperado;

Que os orientadores de mercado cumpram bem a sua função de conferência e acompanhamento das operações.

13) Seção de Informação de Mercado;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Informação de Mercado	5,75	100,00	12	47,92
<i>Materialidade</i>	2,00	34,78	4	16,67
<i>Relevância</i>	1,75	30,43	4	14,58
<i>Criticidade</i>	2,00	34,78	4	16,67

Materialidade:

Não se aplica.

Relevância:

A auditoria na Seção de Informação de Mercado é importante para:
 Evitar falhas nas informações de mercados;
 Evitar falhas nas pesquisas de mercado;
 Evitar falhas na apuração da procedência dos produtos.

Criticidade:

Que as informações fornecidas pelo setor sejam confiáveis.

Controle:

Acompanhamento dos procedimentos de informações e pesquisa de mercado;
 Verificação da apuração do VAF – Valor Adicionado Fiscal

Resultado Esperado:

Que as informações fornecidas pelo setor sejam confiáveis.

14) Sistema Integrado de gestão;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Sistema Integrado de Gestão	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Relevância</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,75	33,33	4	22,92

Materialidade:

R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Relevância:

Falha nos procedimentos e rotinas dos setores;
Falta de segurança dos relatórios gerados pelos setores.
Falta de comunicação entre os setores da empresa.

Criticidade:

A auditoria no Sistema Integrado de Gestão é importante para:
Que a empresa tenha bons controles de processos, e que sejam informatizados de forma racional e eficiente.

Controle:

Verificação das rotinas implementadas no sistema informatizado;
Verificação da confiabilidade das informações geradas;
Confronto dos relatórios com os procedimentos executados;
Adequação dos procedimentos e rotinas dos setores da empresa.

Resultado Esperado:

Que a empresa tenha bons controles de processos, e que sejam informatizados de forma racional e eficiente.

Contratos de Prestação de Serviços Contínuos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
MLP Contagem	9,50	100,00	12	79,17
<i>Materialidade</i>	3,50	36,84	4	29,17
<i>Relevância</i>	3,25	34,21	4	27,08
<i>Criticidade</i>	2,75	28,95	4	22,92

Materialidade:

R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Relevância:

A auditoria nos Contratos de Prestação de Serviços é importante para:
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle
Evitar prejuízos à imagem da companhia
Evitar prejuízos legais (impugnações / cancelamento de contratos)
Evitar interrupção dos serviços relevantes para a Companhia

Criticidade:

Prejuízo resultante de demanda judicial.
Nomeação de um mesmo fiscal para o acompanhamento de diversos contratos.
Erro na especificação do objeto a ser licitado gerando prejuízo financeiro.
Ausência de treinamento dos fiscais dos contratos.
Licitar de forma restritiva;
Contratar não observando o previsto no edital e nas determinações legais;
Fiscalizar a execução de forma deficiente, implicando em baixa qualidade dos serviços;
Ter que arcar com despesas trabalhistas das empresas que abandonam os contratos.

Controle:

A adoção de manual de procedimentos estabelecendo as verificações básicas na execução dos contratos, além de critérios para nomeação de fiscais e as atribuições conferidas a esses no acompanhamento de sua execução.

Resultado Esperado:

Que as empresas contratadas mantenham uma boa qualidade nos serviços prestados, e que os gastos estejam de acordo com os princípios da Administração Pública e legislação vigente.

15) Unidades do Interior;**Materialidade:**

R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Relevância:

A auditoria nas Unidades do Interior é importante para:

- Atingimento dos objetivos da operação
- Evitar prejuízos à imagem da Companhia
- Evitar perdas financeiras
- Evitar notificações dos órgãos de controle
- Evitar retrabalho

Criticidade:

- Pouca Fiscalização das operações do mercado.
- Falta de técnica para acompanhamento e controle.
- Falta de procedimentos padronizados para conferência de documentação.
- Falhas no cadastramento dos produtores;
- Venda de produtos de atravessadores;
- Descumprimento do Regulamento de Mercado;
- Comercialização sem atestado de produção da EMATER;
- Falta de cobrança de Romaneio e Carnet de marcação de área;
- Acidentes nos trevos de entrada da Unidades;
- Risco de incêndio da parte elétrica;
- Passivo trabalhista;
- Exercício ilegal da profissão;

Controle:

- Verificar as informações do Romaneio e confrontar com as credenciais e documentação do produtor;
- Verificação da atuação dos Orientadores de Mercado;
- Verificação da emissão do atestado da EMATER;
- Verificar o controle de entrada de mercadorias com o Romaneio e apresentação do carnet para marcação de área no MLP.

Resultado Esperado:

Que as unidades do Interior mantenham um bom controle de suas atividades e mantenham suas operações com eficiência e de acordo com as normas internas e legislação vigente.

16) Deptº Administrativo Seção de Compras.

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Unidades do Interior	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Relevância</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Criticidade</i>	3,00	33,33	4	25,00

Materialidade:

R\$269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais).

Relevância:

A auditoria no Setor de Compras é importante para:

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar retrabalho

Criticidade:

Fracionamento de compras;

Pesquisas de preços com incidência dos mesmos fornecedores;

Nota Fiscal com rasura e data de emissão vencida;

Notas fiscais com valor próximo do limite máximo de dispensa de licitação.

Controle:

Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas aferir a aderência a normas internas e adequação das aquisições por meio de dispensas e inexigibilidades à legislação pertinente e aos processos de autorização e aprovação inerentes ao setor

Resultado Esperado:

Que as compras sejam feitas de acordo com a legislação vigente, e que seja evitado o fracionamento de despesas e o favorecimento de fornecedores.

11. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA - 2017

A Auditoria Interna apesar de vital importância para a empresa, figura em posição de destaque no organograma, mas ainda não está totalmente fortalecida, pois existe a necessidade de uma carga maior nos cursos de reciclagem. Não dispõe de uma consolidação dos Atos Normativos atualizados sistematicamente o que prejudica o desenvolvimento de novas metodologias e aplicadas à ação de auditoria.

Do nosso quadro de auditores participaram de cursos e seminários:

- Participação de Carlos Cássio de Abreu Domingues

- 1- **IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental**, 19 e 20 de outubro de 2017, no Supremo Tribunal de Justiça – STJ, em Brasília.
- 2- **I Fórum Nacional de Controle, realizado pelo TCU** – Tribunal de Contas da União – Instituto Serzedello Corrêa – Brasília/DF, no período de 26 e 27 de outubro de 2017.

CONCLUSÃO:

Das constatações, críticas e sugestões apresentadas em Relatórios de Auditoria originaram, em observância as Resoluções da Diretoria, Resoluções diversas, Normatizações e Atualizações determinantes de procedimentos internos da Empresa, traduzidos em melhor organização maiores integração entre as áreas visando eficiência e economicidade.

Demais inconsistências detectadas em auditorias, foram solucionadas ou estão sendo acertadas através de reuniões entre as áreas envolvidas e registradas através de Correspondência Internas.

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria CeasaMinas
CeasaMinas